

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

**1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Chico Leite):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

**1.1 LEITURA DE ATA**

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas da 94ª, 95ª, 96ª, 97ª e 98ª Sessões Ordinárias e das 21ª e 22ª Sessões Extraordinárias.

**1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE**

- **Mensagem nº 262, de 2016**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 1.348, de 2016**.
- **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 63, de 2016**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros.
- **Projeto de Lei nº 1.347, de 2016**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 223 de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Indicações nºs 9.105 e 9.106, de 2016**, de autoria do Deputado Lira.
- **Indicações nºs 9.107 a 9.113, de 2016**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Moção nº 547, de 2016**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Moção nº 548, de 2016**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Requerimento nº 2.145, de 2016**, de autoria da Deputada Luzia de Paula e outros.
- **Requerimentos nºs 2.146 e 2.147, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Requerimento nº 2.148, de 2016**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros.
- **Requerimento nº 2.149, de 2016**, de autoria dos Deputados Joe Valle, Professor Reginaldo Veras, Chico Leite, Cláudio Abrantes e Prof. Israel.
- **Requerimento nº 2.150 de 2016**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Requerimento nº 2.151, de 2016**, de autoria do Deputado Joe Valle.
- **Requerimento nº 2.152, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.

**Obs.:** O expediente lido está anexo à ata.

ATA SUCINTA DA 101 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (SF/SR/SN)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

3

**2 PEQUENO EXPEDIENTE****2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES****DEPUTADO DELMASSO, líder do Bloco Juntos por Brasília**

– Alude à crise financeira por que passam os estados e o Distrito Federal, e discorre acerca da necessidade de reformulação da gestão pública, a ser realizada por intermédio de parcerias público-privadas.

– Declara que os parlamentares do Bloco Juntos por Brasília apoiam os policiais civis e os servidores das carreiras de assistência social e do sistema socioeducativo.

– Contrasta a excessiva carga tributária existente com a má qualidade dos serviços predominante no serviço público brasileiro.

– Sustenta que o Estado deve empreender alternativas para melhoria do atendimento prestado à comunidade.

– Comenta o exemplo da cidade de Neuquém, na Argentina, onde as escolas públicas são mantidas pela iniciativa privada e atendem a totalidade dos estudantes.

**DEPUTADO WASNY DE ROURE, líder do PT**

– Informa aos servidores da carreira de assistência, presentes na galeria desta Casa, que foi solicitada uma audiência à Secretária de Estado de Planejamento Leany Lemos, com o intuito de promover uma discussão sobre o tema pertinente à categoria.

– Comenta a sugestão de elaboração de proposta com o sindicato dos policiais civis a fim de que as reivindicações da categoria sejam discutidas com o GDF.

– Aborda o estudo técnico realizado pela Receita Federal, publicado no site do órgão, sobre o impacto dos parcelamentos especiais nas dívidas ativas.

– Preocupa-se com a perda de receita da União e o crescimento exacerbado das dívidas, provocado pelo comportamento negativo dos contribuintes em relação à quitação de seus tributos.

– Sugere que os assessores dos deputados leiam o referido estudo para conhecimento.

**DEPUTADO AGACIEL MAIA, líder da Maioria**

– Refere-se à audiência pública em que foi debatida a remoção de invasões de áreas públicas no DF, e lembra que nessa reunião alguns deputados decidiram obstruir votações na CLDF para induzir o Governo a dialogar sobre o tema.

– Requer à Mesa Diretora que encaminhe ao Chefe da Casa Civil do DF, por escrito, consulta acerca das áreas cuja ocupação pode ser regularizada, acompanhada de documento formulado pelo Deputado Wasny de Roure com questionamentos sobre o assunto.

ATA SUCINTA DA 101 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (SF/SR/SN)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

4

– Recorda que o reajuste salarial da Polícia Civil foi debatido na audiência da CLDF em que os Secretários da Fazenda e do Planejamento apresentaram o relatório quadrimestral de gestão fiscal.

– Realça que o Fundo Constitucional do DF foi criado, primordialmente, para o custeio da segurança pública, e observa que, no decorrer dos anos, a Polícia Civil vem perdendo participação relativa no montante desse Fundo.

– Sugere alternativas para viabilizar a concessão de reajuste salarial aos policiais civis do DF: o estabelecimento de uma maior participação de recursos do tesouro do DF no custeio da segurança e da educação públicas ou a aprovação de emendas parlamentares aos orçamentos federal e distrital para a complementação financeira necessária.

**DEPUTADO WELLINGTON LUIZ, líder do Bloco Amor por Brasília**

– Defende uma ação imediata desta Casa em relação à causa dos policiais civis.

– Critica o Governador pela inércia em relação às demandas da categoria, e atribui a ele a violência que assola a população do Distrito Federal.

**DEPUTADO JOE VALLE, em nome do Bloco Sustentabilidade e Trabalho**

– Anuncia que os parlamentares do Bloco Sustentabilidade e Trabalho apoiarão o posicionamento do Deputado Cláudio Abrantes acerca da reivindicação dos policiais civis do DF.

– Posiciona-se contra a proposta de redução dos gastos públicos por considerar que a medida ocasionaria injustiças e não proporcionaria aumento da eficiência estatal.

– Esclarece que é favorável a austeridade no orçamento público, e, todavia, sustenta que a limitação das despesas públicas deve respeitar as necessidades da coletividade.

– Lastima o falecimento de criança ocasionado pela desorganização do setor de saúde no DF.

– Apoiar a manifestação dos parlamentares que reivindicam decisões da CLDF em prol da superação da crise existente no setor público.

– Realça a importância das escolas, e lamenta a precariedade dos serviços públicos no DF.

– Opina que o Governo deve promover políticas públicas que apoiem a iniciativa privada, de modo a ampliar a base de arrecadação tributária no DF, uma vez que não é possível a redução do custeio do Estado.

**ATA SUCINTA DA 101 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016**

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (SF/SR/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

## 2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

### DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Rede

- Manifesta-se favoravelmente à causa dos policiais civis do Distrito Federal.
- Censura a atuação do Governador Rollemberg em relação a esses servidores, e ressalta a importância da atuação desta Casa Legislativa no pleito.
- Elogia o trabalho de excelência realizado pela Polícia Civil, apesar do sucateamento por que passa a corporação.

### DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

- Discorre acerca da precariedade atendimento público de saúde no DF.
- Critica a conduta do Governador Rodrigo Rollemberg em face da crise na segurança pública, apoia a reivindicação dos policiais civis do DF em prol da equiparação salarial com a Polícia Federal, e destaca que os servidores também lutam por melhoria das condições de trabalho, em benefício da coletividade.
- Opina que o GDF deve enviar ao Governo Federal proposta de reajuste salarial dos policiais civis do DF, a ser submetida à aprovação do Congresso Nacional.
- Desaprova a opinião dos jornalistas que responsabilizam os trabalhadores pela crise, e discorda das decisões judiciais que determinam o encerramento das greves.

### DEPUTADO LIRA – PHS

- Reporta-se ao dia da Proclamação da República, celebrado ontem, 15 de novembro, e julga ser a data a comemoração do primeiro golpe de Estado do Brasil.
- Solidariza-se com a causa dos policiais civis do Distrito Federal, que pleiteiam a reposição salarial.

## 3 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Raimundo Ribeiro):

- Registra a presença de estudantes e trabalhadores da educação do Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota, de Sobradinho, visita realizada como parte do projeto Cidadão do Futuro e do programa Conhecendo o Parlamento, e parabeniza a Escola do Legislativo por viabilizar a oportunidade.
- Informa que a sessão ordinária de amanhã, dia 17, será transformada em comissão geral para debater a formação continuada dos profissionais da educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme o Requerimento nº 2.122/2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale.

ATA SUCINTA DA 101 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisor: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (SF/SR/SN)



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**



6

**4 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Raimundo Ribeiro):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 101ª Sessão Ordinária,  
em 16 de novembro de 2016**

**ATA SUCINTA DA 101 SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016**

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (SF/SR/SN)

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Em 16/11/16

Secretaria Legislativa

**MENSAGEM**

Nº 262 /2016-GAG

Brasília, 16 de novembro de 2016.

&gt; SETAS - 000007 &lt;

**Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei, que *abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 597.031,00.*

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos da Senhora Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado JUAREZÃO**  
Vice-Presidente no exercício da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**PROJETO DE LEI Nº**  
**(Autoria: Poder Executivo)**

PL 1348 /2016

**Abre crédito adicional à Lei  
Orçamentária Anual do Distrito  
Federal no valor de R\$ 597.031,00.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto, nos termos dos art. 58 e 62 da Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2016 (Lei nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015), crédito adicional, no valor de R\$ 597.031,00, para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos III e IV.

**Art. 2º** O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado, nos termos do art. 43, §1º, III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes dos anexos I e II.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário



> SETAS - 000008 <

ANEXO 1										RS 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTACÕES										
ANEXO À LEI Nº										
CANCELAMENTO										
ORGÃO: 32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										
UNIDADE: 32101 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO	
6003		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA								92.866
ATIVIDADES										
04 122	6003 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS								92.866
04 122	6003 8517 7897	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL	99							92.866
			F	3	90	0	100			92.866
TOTAL - FISCAL										92.866
TOTAL - GERAL										92.866

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 000009 <

ANEXO II							RS 1,00				
CREDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES											
ANEXO A LEI Nº											
CANCELAMENTO											
ORGÃO: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE											
UNIDADE: 26206 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ- DF											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO		
6001		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO							204.165		
ATIVIDADES											
26 122	6001 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							204.165		
26 122	6001 8517 6137	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-METRÔ- ÁGUAS CLARAS UNIDADE MANTIDA (UNIDADE) 0	20						204.165		
				F	3	90	0	220	204.165		
TOTAL - FISCAL										204.165	
TOTAL - GERAL										204.165	

(\*) Prioridade LDD (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDD (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 0000010 <

ANEXO II												RS 1,00
CANCELAMENTO												
CREDITO ESPECIAL - ANULACAO DE DOTAÇÕES												
ANEXO A LEI Nº												
ORGÃO: 32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO												
UNIDADE: 32203 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FEDERAL												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO			
6003		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA										300.000
<b>PROJETOS</b>												
09 122	6003 1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO										300.000
09 122	6003 1471 5883	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	99									300.000
			S	3	90	0	100					300.000
TOTAL - SEGURIDADE												300.000
TOTAL - GERAL												300.000

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 000011 <

ANEXO III										RS 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES										
ANEXO À LEI Nº										
ORGÃO: 32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										
UNIDADE: 32101 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO.SUBTÍTULO.PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO	
6211		DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA								92.866
ATIVIDADES										
04 421	6211 2426	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA								92.866
04 421	6211 2426 0026	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	99							92.866
			F	3	91	0	100			92.866
TOTAL - FISCAL										92.866
TOTAL - GERAL										92.866

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 000012 <

ANEXO IV										R\$ 1,00
CREDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTACÕES										
ANEXO À LEI Nº										SUPLEMENTAÇÃO
ORGÃO: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE										
UNIDADE: 26206 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ- DF										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO	
0001		PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL								204.165
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>										
28 843	0001 9096	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP								204.165
28 843	0001 9096 0011	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP - METRÔ-DF-DISTRITO FEDERAL	90							
				F	2	90	0	220		32.497
				F	6	90	0	220		171.668
TOTAL - FISCAL										204.165
TOTAL - GERAL										204.165

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLDA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 000013 <

ANEXO IV		CREDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES										RS 1,00					
ANEXO À LEI Nº		SUPLEMENTAÇÃO															
ORGÃO :		32000 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO															
UNIDADE :		32203 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FEDERAL															
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO								R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO	
6003		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA															300.000
ATIVIDADES																	
09 122	6003 2990	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF															300.000
09 122	6003 2990 0001	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-IPREV - DF-DISTRITO FEDERAL IMÓVEL MANTIDO (UNIDADE) 7								99							
TOTAL - SEGURIDADE											S	3	90	0	100	300.000	
TOTAL - GERAL																300.000	

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> SETAS - 0000014 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
Nº 088 /2016 – GAB/SEPLAG

Brasília, 20 de OUTUBRO de 2016.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência minuta de projeto de lei que abre, nos termos dos arts. 58 e 62 da Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015, (LDO/2016) ao Orçamento Anual do Distrito Federal, Lei nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015, (LOA/2016) crédito adicional, no valor de R\$ 597.031,00 (quinhentos e noventa e sete mil e trinta e um reais), em favor das seguintes unidades orçamentárias (UO's):

- ✓ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG) – para reforço da programação *fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família*, no valor de R\$ 92.866,00, para pagamento dos serviços prestados pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. O crédito será financiado pelo cancelamento parcial da manutenção de serviços administrativos gerais, alocada na SEPLAG;
- ✓ COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF (METRÔ-DF) – para reforço das programações *amortização e encargos da dívida pública relativa ao INSS E PASEP*, no valor de R\$ 204.165,00, para pagamentos de contribuições previdenciárias devidas à Receita Federal do Brasil. O crédito será financiado pelo cancelamento parcial da manutenção de serviços administrativos gerais, alocada na própria beneficiada;
- ✓ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF (IPREV) – para criação do subtítulo *manutenção de bens imóveis do GDF-IPREV*, no valor total de R\$ 300.000,00, que se destina para manutenção dos bens imóveis incorporados e vinculados ao Fundo Capitalizado, Lei Nº 5.729, de 21 de outubro de 2016. O crédito será financiado pelo cancelamento parcial da dotação do IPREV.

O encaminhamento da presente proposta por meio de projeto de lei justifica-se por tratar da abertura de crédito especial e em razão da SEPLAG e do METRÔ-DF não possuírem limite suficiente para abrir crédito suplementar por Decreto, conforme art. 8º da LOA.

Em anexo, segue cópias dos principais documentos que fundamentam os pedidos de créditos, bem como a despesa detalhado por elemento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos requerer a tramitação da proposta em caráter de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha horizontal decorativa à direita.

**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**  
Secretária

> SETAS - 000016 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes PT/DF



**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº PELO 63 /2016 016**  
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes e Outros)

L I D O  
Em. 16, 11, 16  
Secretaria Legislativa

**Dá nova redação ao art. 246 da Lei Orgânica do Distrito Federal.**

**Art. 1º** O art. 246, *caput* da Lei Orgânica do Distrito Federal, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos dos §§ 4º, 5º e 6º, renumerando-se os demais:

**Art. 246.** *O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal. Instituirá o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (SAC-DF), que será organizado de forma descentralizada e participativa com todos os órgãos de gestão pública da cultura e criará instrumento de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humanos, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.*

**§ 4º** *O sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal integrará o Sistema Nacional de Cultura e suas diretrizes;*

**§ 5º** *O plano de Cultura do Distrito Federal é um instrumento decenal de gestão e constitui componente obrigatório do SAC-DF, com suas ações, estratégias e metas de responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura, em diálogo com a sociedade civil;*

**§ 6º** *Lei Complementar disporá sobre a regulamentação do Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, bem como de sua articulação com políticas setoriais e demais sistemas do Governo do Distrito federal, Estados e União.*

**Art. 2º** Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes PT/DF



## JUSTIFICAÇÃO

A Cultura é hoje concebida, em todo o mundo, como base de qualquer tipo de desenvolvimento, inclusive o econômico. No Distrito Federal, tem ocupado posição no centro do debate político e inspirado iniciativas no sentido de organizar políticas públicas de cultura. A Lei Orgânica do Distrito Federal promulgada em seu art. 246, garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal. Assim tratar a cultura na dimensão mais ampla, como instrumento de construção da identidade de um povo, como condição de vida, como exercício de cidadania, é uma responsabilidade de Estado que o Distrito federal precisa assumir.

As políticas públicas na área cultural têm grande desafio pela complexidade e diversidade dos temas a serem tratados. Não basta apenas garantir a fruição dos bens culturais. Cabe as políticas estatais, nos seus diversos níveis, criar condições para a organização de um sistema de gestão da cultura, assumindo um papel indutor e estabelecendo elementos que ampliem o acesso aos bens culturais. Isso significa debater a qualidade de no meio ambiente cultural no âmbito das cidades como ponto fundamental no contexto da discussão entre o local e o global.

As políticas públicas locais têm um papel central na ecologia cultural, na qual a cidade é o território do diálogo entre os diferentes e do respeito à pluralidade cultural. Da mesma forma que se busca a universalização da oferta de educação, é preciso que se trabalhe pelo acesso irrestrito aos bens culturais.

Um sistema universalizador de gestão da cultura deve acolher, como elementos-chave, a criação dos conselhos de cultura, dos fundos de cultura e das formas de participação democrática e descentralizada dos produtores culturais e das comunidades em geral, além da atuação autônoma e articulada das esferas de governo. Com isso, estabelecem-se as bases para implantar os componentes das políticas culturais; formação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento.

A partir desses elementos centrais, é possível pensar as políticas culturais como estratégias voltadas para o desenvolvimento cultural e econômico do Distrito Federal, para garantia do direito de acesso aos bens culturais como prerrogativa essencial da população na construção da cidadania e para a defesa da diversidade cultural e das identidades culturais locais frente a globalização.

Dessa forma, para que sejam efetivas as políticas de cultura no Distrito Federal, é preciso que o Legislativo Local, atue no sentido de consolidá-las. Uma das formas de fazê-lo é propor um mecanismo de aperfeiçoamento da gestão do setor

*(m)* *2* *159* *18*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes PT/DF



cultural, por meio da criação do Sistema de Arte e Cultura, nos termos da presente Emenda.

Por estas razões, conclamo aos nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**  
REDE/DF

Deputado **AGACIEL MAIA**  
PR/DF

Deputada **CELINA LEÃO**  
PPS/DF

Deputado **CHICO LEITE**  
REDE/DF

Deputado **CHICO VIGILANTE**  
PT/DF

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**  
PSD/DF

Deputado **JOE VALLE**  
PDT/DF

Deputado **IVAREZÃO**  
PSB/DF

Deputado **JULIO CÉSAR**  
PRB/DF

Deputada **LILIANE RORIZ**  
PTB/DF

Deputado **LIRA**  
PHS/DF

Deputada **LUZIA DE PAULA**  
PSB/DF

Deputado **Prof. ISRAEL**  
PV/DF

Deputado **Prof. REGINALDO VERAS**  
PDT/DF



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes PT/DF



> SETAS - 000000 <

Deputado **RAFAEL PRUDENTE**  
PMDB/DF

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**  
PPS/DF

Deputado **RENATO ANDRADE**  
PR/DF

Deputado **RICARDO VALE**  
PT/DF

Deputado **ROBÉRIO NEGREIROS**  
PSDB/DF

Deputado **RODRIGO DELMASSO**  
PTN/DF

Deputada **SANDRA FARAJ**  
SD/DF

Deputada **TELMA RUFINO**  
Sem Partido

Deputado **WASNY DE ROURE**  
PT/DF

Deputado **WELLINGTON LUIZ**  
PMDB/DF



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



PL 1347 / 2016  
PROJETO DE LEI Nº 16

(Do Senhor Deputado Bispo Renato Andrade)

LIDO  
em 16/11/16  
Secretaria Legislativa

**Proíbe os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal de custear despesas de passagens aéreas na primeira classe e na classe executiva.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, com fundamento no disposto no art. 58, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

**Art. 1º** Os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal são proibidos de custear despesas de passagens aéreas:

- I – na primeira classe;
- II – na classe executiva.

**Art. 2º** Sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação, a autoridade máxima do órgão ou da entidade que violar o disposto nesta Lei sujeita-se à penalidade de multa, cumulativa, no valor igual ao décuplo do preço da passagem.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva efetivar os princípios constitucionais da moralidade, da razoabilidade e do interesse público.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

*I – DA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, REGIMENTALIDADE, TÉCNICA LEGISLATIVA, REDAÇÃO E JURIDICIDADE*

Segundo dispõe o caput do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF:

“Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, transparência, eficiência e interesse público [...] [grifei]”

Sobressai, claramente, que o presente projeto de lei vai ao encontro dos princípios constitucionais retrocitados. Com efeito, o zelo com o dinheiro público – dinheiro do contribuinte, portanto – é requisito básico para o desempenho de qualquer cargo ou emprego público.

A ganstança pública desenfreada acarreta problemas gravíssimos para a sociedade. Todos sabemos que uma das principais causas desta verdadeira tragédia econômica que ora estamos vivenciando – a maior recessão econômica da história brasileira – é, ao lado da corrupção em escala industrial, o aumento vertiginoso da dívida pública.

Nesse contexto, devemos enxugar ao máximo o desperdício, cortando despesas dispensáveis, que se traduzem, incontáveis vezes, em injustificável, inadmissível e inaceitável cortesia com o chapéu alheio – no caso, com os chapéus de cada um de nós, contribuintes.

A propósito dos malefícios ocasionados pela malversação de verbas públicas, vale citar, por inteiramente oportuna, matéria divulgada, em 31 de outubro do corrente ano, no confiável e digno site “o antagonista”:

“Michel Temer encontrou alguém em quem se inspirar para defender o ajuste fiscal: Margaret Thatcher, a primeira-ministra britânica que, nos anos 80, promoveu uma verdadeira faxina na máquina pública do Reino Unido.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, hoje, Temer lembrou que Thatcher defendia que ‘o dinheiro público nasce do dinheiro privado, precisamente dos tributos.’

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Por isso, um Estado que gasta muito está, no fundo, torrando o dinheiro privado de seus cidadãos. [grifei]<sup>1</sup>

A compra de passagens aéreas na primeira classe e na classe executiva, certamente, é um dos exemplos clássicos de irresponsabilidade fiscal. Em vez de viajar na classe econômica, poupando os recursos dos cidadãos, servidores e empregados públicos – além, é claro, dos agentes políticos – têm a desfaçatez de “torrar” o dinheiro do contribuinte com a compra de passagens na primeira classe e na classe executiva.

Ora, se esses pretensos – porque imorais – agentes públicos almejam luxo, que o façam com suas próprias verbas, com o dinheiro do próprio bolso; jamais com as finanças alheias, com as finanças do povo.

Assentada, a toda evidência, a constitucionalidade do presente projeto de lei, vale anotar que também tive o cuidado de compatibilizá-lo com as normas legais, regimentais e as relativas à técnica legislativa e redação.

Como o projeto ora proposto é constitucional, legal, regimental e possui adequadas técnica legislativa e redação, podemos dizer, conseqüente e logicamente, que também ostenta juridicidade.

***II – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA***

A presente proposição não acarreta aumento de despesa para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal. Pelo contrário. Com a sua conversão em lei, economizar-se-ão recursos públicos, de modo, portanto, que deve ser declarada adequada sob o ponto de vista orçamentário-financeiro.

***III – DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE***

A conveniência do projeto ora apresentado evidencia-se à medida que efetiva os princípios constitucionais da moralidade, da razoabilidade e do interesse público.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.oantonista.com/posts/a-nova-musa-de-temer>

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Além de conveniente, a presente proposição é oportuna, pois a imprescindibilidade da satisfação dos princípios constitucionais retromencionados exige que corramos – e rápido – contra o tempo.

**IV - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em            de            de 2016.

**DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – PR**

&gt; SETAS - 000024 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 223 /2016

L I D O  
16 16/11/16

(Do Senhor Deputado DELMASSO – PTN/DF)

Secretaria Legislativa

**Homologa o Convênio ICMS n.º 122,  
de 11 de novembro de 2016, do  
Conselho Nacional de Política  
Fazendária - CONFAZ.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:**

**Art. 1º** Fica homologado o Convênio ICMS n.º 122, de 11 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na sua 270ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 11 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, celebrou o Convênio ICMS n.º 122/16, que altera o Convênio ICMS 03/15, que autoriza o Estado do Maranhão e o Distrito Federal a dispensarem ou reduzirem multas, juros e demais acréscimos legais, e conceder parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS.

Assim e com esteio no art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, roga-se o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

  
Deputado **DELMASSO**  
Autor



JMM



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



IND 9105 /2016  
INDICAÇÃO Nº  
(Do Sr. Deputado LIRA)

Sugere ao Poder Executivo que por intermédio da CEB Distribuição S.A., promova a instalação de iluminação pública na praça da Quadra 103, em frente ao espaço natural e arte – Região Administrativa de São Sebastião RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo por intermédio da CEB Distribuição S.A, promova a instalação de iluminação pública na praça da Quadra 103, em frente ao espaço natural e arte – Região Administrativa de São Sebastião RA XIV.

**JUSTIFICAÇÃO**

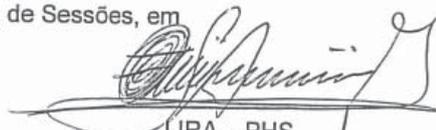
Trata-se de justa reivindicação dos moradores que reclamam pela falta de iluminação pública naquela quadra de São Sebastião.

A iluminação pública é um serviço essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar do espaço público no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego de veículos, como também, na prevenção da criminalidade.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, o qual levará qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

  
LIRA – PHS  
Deputado Distrital



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



2100  
Sen. Lira, Lira, Lira  
Câmara Legislativa

IND 9106 /2016  
INDICAÇÃO Nº  
(Do Sr. Deputado LIRA)

Sugere ao Poder Executivo que por intermédio da CEB Distribuição S.A., promova a instalação de iluminação pública no Bairro Residencial do Bosque – Região Administrativa de São Sebastião RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo por intermédio da CEB Distribuição S.A, promova a instalação de iluminação pública no Bairro Residencial do Bosque – Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

> SETAS - 000007 <

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de justa reivindicação dos moradores que reclamam pela falta de iluminação pública naquela área de São Sebastião.

A iluminação pública é um serviço essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar do espaço público no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego de veículos, como também, na prevenção da criminalidade.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, o qual levará qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

  
LIRA - PHS  
Deputado Distrital

SECRETARIA LEGISLATIVA 09/12/2016 15:42

Wesley 701/14



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **VD 9107/2016** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

L I D O  
Em 16/11/16  
M  
Luzia de Paula

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “O” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “O” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

> SETAS - 000028 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/Nov/2016 10:45  
Luzia de Paula



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



**INDICAÇÃO Nº** IND 9108 /201 **DE 2016**  
**(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)**

L 100  
Em 16/11/16  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “J” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “J” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000029 <

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

SENHORA DEPUTADA LUZIA DE PAULA  
16/11/2016 10:43  
BRUNO 11-9-16



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9109 /2016** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

LIDO  
Em 16/11/16  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “K” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “K” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

> SETIAS - 000030 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/Nov/2016 10:45  
11.144



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9110/2016** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

L I D O  
En. *Luiza de Paula*  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. "L" Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. "L" Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

*Luiza de Paula*  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

> SETAS - 000031 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/Nov/2016 10:43  
*Luiza de Paula*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9111/2016** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

LIDO  
Em 16/11/16  
*[Signature]*  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. "M" Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. "M" Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

*[Signature]*  
**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora

> SETAS - 000032 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/NOV/2016 10:42  
*[Signature]*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



INDICAÇÃO Nº **IND 9112/2016** DE 2016  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PSB)

L I D O  
Em. 16/11/16  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “N” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere providências a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, o recapeamento asfáltico da QNO 05 CONJ. “N” Ceilândia Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Tal pleito é justa reivindicação dos moradores demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhorias em suas cidades.

Sugerimos a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, para atender ao pleito apresentado, o qual tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em.....

**DEPUTADA LUZIA DE PAULA**  
Autora



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA - PSB**



IND 9113/2016

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_  
 (Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA - PSB)

L I D O  
 Em 16/11/16

Secretaria Legislativa

> SETMS - 000034 <

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL A REFORMA E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 32, LOCALIZADO NA ÁREA ESPECIAL - QUADRA 500/700 - SETOR P SUL - POR DO SOL REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a reforma e cobertura da quadra poliesportiva do Centro de Ensino Fundamental 32, localizado na Área Especial - Quadra 500/700 - Setor P Sul - Pôr do Sol - Região Administrativa de Ceilândia - RA IX.

#### JUSTIFICAÇÃO

A solicitação trata de reivindicações dos alunos, professores, pais e moradores da comunidade. Em razão da falta de cobertura na quadra poliesportiva, alunos e professores ficam expostos à ação do sol e da chuva, sendo em muitos casos, motivo responsável pela obstrução da prática de esportes.

A construção da cobertura da quadra poliesportiva irá proporcionar melhores condições para a prática de atividade física e motora, deixando os alunos e professores mais protegidos diante da ação do tempo.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em.....

DEPUTADA LUZIA DE PAULA  
 Autora





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**  
 Gabinete 05 – 2º andar  
 Telefones: 3348-8050/ 8052



LIDO  
 Em 16/11/16  
 Secretaria Legislativa

MOÇÃO MOÇ 547/201

Do Senhor Deputado Wasny de Roure

Manifesta Moção de Louvor pelos 40 anos da Igreja Batista Independente do Planalto.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de Louvor pelos 40 anos da Igreja Batista Independente do Planalto.

#### JUSTIFICAÇÃO

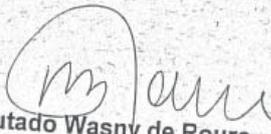
No dia 02 de novembro de 1976 foi fundada a Igreja Batista Independente do Planalto na região administrativa do Guará e teve como um dos seus fundadores o presbítero Francisco Lima e Silva, (in memorian). Foi transferida posteriormente para Áreas Octogonais, onde funciona até a presente data.

Durante seus 40 anos de existência nela exerceram o ministério eclesiástico os pastores: Gunnar Standal, José Francisco Salles Filho, Nells Peter Skäre, Roberto Aparecido (período de Interinidade), Joel de Jesus Braga, Mozart Guimarães Farias e Paulo Antonio Raimundo de Oliveira. Participaram em caráter de colaboração os pastores: Valdeci Rosa Silva e Isaías Júnior.

A Igreja Batista Independente do Planalto foi responsável pela fundação da Igreja Batista Independente no Valparaíso/GO e conta com congregações no Varjão, Vicente Pires e Vila Boa/GO.

Tem o privilégio de ter em seu rol de membros profissionais liberais como médicos, psicólogos, professores e várias outros especialistas, que têm prestado importante serviço à comunidade, além de fazer distribuição de cestas básicas às famílias carentes da região.

Sala de Sessões, de novembro de 2016.

  
 Deputado Wasny de Roure – PT

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
 Recebi em 11/11/16 às 11h46  
 RITA 13266  
 Assinatura Matrícula

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000 – ALO

www.cl.df.gov.br



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



**MOÇÃO Nº MOÇ 548 /2016**  
(Da Deputada Celina Leão)

**L I D O**  
Em 16/11/16

Secretaria Legislativa

**Manifesta votos de Louvor e  
parabeniza os Músicos do Distrito  
Federal pelo seu dia.**

> SETAS - 000036 <

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO  
DISTRITO FEDERAL:**

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno, solicita a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "Moção", que manifesta votos de Louvor e parabeniza os Músicos do Distrito Federal pelo seu dia, em especial, as seguintes personalidades:

1. **Ada karoline Sampaio Soares da Silva**
2. **Agda Gomes de Freitas (Agda Freitas)**
3. **Aldenizio Teles ( Milfont Caê Milfont)**
4. **Aline Samara de Alemeida Brito (Alyne Mel)**
5. **Alison e Ariel (Sertanejo)**
6. **Ana Lúcia da Silveira Soares (Ana Soares – Surdodum)**
7. **Anderson Alves de Oliveira (Anderson Oliveira)**
8. **Angel Ricardo Duarte (Angel Duarte)**
9. **Arthur Rhuan Charles Câmara (Arthur Câmara)**
10. **Banda Caras e Bocas (Banda de Baile)**
11. **Banda Encosta Neu (Forró)**
12. **Banda Esquema 6 (Banda de Baile)**
13. **Banda Terminal Zero (Banda de Baile)**
14. **Bela Soares (Sertanejo)**
15. **Bonni e Belluco (Sertanejo)**
16. **Brícia Helen Barcelos Guimarães (Brícia Helen)**

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	16/11/16
Assinatura	Matrícula



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Cellina Leão - PPS



SETAS - 600037

17. **Brunna Fontes Silva**
18. **Brunno Cesar e Fabiano (Sertanejo)**
19. **Brunno e Marlow (Sertanejo)**
20. **Bruno e Luciano Rios (Forró)**
21. **Carlos Alberto Neves da Silva (Cacá Silva)**
22. **Cássia Ellen (in memorian)**
23. **Cesar Santana Rodrigues Campos (Sant'ana)**
24. **Cléo Monteiro Silva (Cléo – Banda Satisfaction)**
25. **Daniel Leandro de Jesus (Dan Leandro)**
26. **Daniela Pierre Firme (Daniela Firme)**
27. **Danielle da Matta (Cris Dae)**
28. **Davison Batista do Nascimento (Davison Batista)**
29. **Diego Sampaio Soares da Silva**
30. **Diego Santos França de Azevedo (Diego Azevedo)**
31. **Dinho e Diego (Sertanejo)**
32. **Dion Leno Laves do Prado (Leno Alves)**
33. **Dj Futuro (Funk)**
34. **Dj Theo (Eletrônica)**
35. **Ebert Viana**
36. **Eduardo B. Dos Santos (Edu Percussão)**
37. **Eliza Borges Rosa (Eliza Borges)**
38. **Ellen Oléria**
39. **Felipe Araujo (Felipe Merega)**
40. **Fernando Borges (Sertanejo)**
41. **Fernando Fernandes Júnior (Fernando Fernandes)**
42. **Filipe Carvalho (Filipe Carvalho)**
43. **Frederico Lins Brasiliense (Fred Brasiliense)**
44. **Gabriel Correia (Sertanejo)**
45. **Gabriela Siqueira (Paula Gabi)**
46. **Gibson Gomes Araújo (Gibson Araujo)**
47. **Gilberto Fernandes (Beto Nandes)**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



> SETAS - 00000000 <

48. Grupo Arrepiô (Pagode)
49. Grupo Mistura Perfeita (Pagode)
50. Guilherme Duarte Magalhães (Sertanejo)
51. Guilherme e Giuliano (Sertanejo)
52. Guilherme Queiroz Andrade (Guiga)
53. Henrique e Ruan (Sertanejo)
54. Ian Reis Coury (Ian Coury)
55. Jair Eduardo Cruz Machado Santiago (Jair Santiago)
56. Janayna Rafaela das Chagas Barbosa (Janna Da Sanfona)
57. Jefferson da Silva Alves (DJ Jamaica)
58. Jhonny e Raonny (Sertanejo)
59. João Bento dos Santos Filho (Mano – Trem das Cores)
60. Joás Sousa Moreira (Luccas – Luccas & Michel)
61. Jorge Soares da Silva Jr
62. José Ulysses Frias Xavier (Ulysses X)
63. Jubert's Senna Dias Freitas (Karioca – Os Marotos)
64. Leo Lima (Sanfoneiro)
65. Leonardo da Silva Moreira (DJ Leo)
66. Leyllane Carla
67. Marcos Junior (Sertanejo)
68. Maria Zélia Moreira das Neves (Zelia Neves)
69. Mc Markinho (Funk)
70. Nayla Ingrid Lemos de Jesus (Naiá Gúri)
71. Padre Alessandro
72. Padre Sertanejo Escaleno
73. Paraná
74. Patrícia Soares Rezende (Patrícia Rezende)
75. Paula e Paola (Forró)
76. Paulo Henrique da Silva Santos (Paulinho Moreno)
77. Pedro Paulo e Matheus (Sertanejo)
78. Priscilla da Silva Garcia



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



> SETAS - 000039 <

79. Priscilla da Silva Garcia (Priscilla Garcia)
80. Renato Russo (in memorian)
81. Rick e Bruno (Sertanejo)
82. Rick e Rangel (Sertanejo)
83. Rick Monteiro (Sertanejo)
84. Roberto dos Santos (Beto Tropicalia)
85. Rodrigo de Almeida Moura (Rodrigo Falaschi)
86. Rodrigo Lopes Conde (Conde)
87. Rodrigo Messer (Sertanejo)
88. Rodrigo Stélio Guilherme da Silva (Rodrigo Stélio)
89. Rogério Rosso
90. Ronnie Cezar Gomes de Lima (Ronnie Cesar Sapeka ai)
91. Rubinho Rocha (Axé)
92. Serginho Moraes (Sertanejo)
93. Sérgio Reis
94. Seu Franco (Sertanejo)
95. Só Pra Xamegar (Rainer, Olayn,
96. Sr. Nelcione Pereira Cordeiro (Tico Cordeiro)
97. Thais Silva Cordeiro (Thais Cordeiro)
98. Ualisson da Silva Bezerra Moreira (Michel – Lucas e Michel)
99. Urbano José Borba Bezerra (Urbano Bezzera)
100. Victor Henrique (Sertanejo)
101. Vitória Carneiro
102. Wagner Simão (Sertanejo)
103. Willian e Marlon (Sertanejo)
104. Willian Pierro (Sertanejo)
105. Yohanna Alves Ribeiro (Hanna Ribeiro)
106. Zé mulato e Cassiano

h<sup>2</sup>



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



### JUSTIFICATIVA

A presente moção tem por objetivo manifestar votos de louvor e parabenizar os músicos do DF e do Brasil pelo seu dia.

O termo músico é utilizado quando nos referimos a um indivíduo que realiza alguma atividade ligada diretamente à música, profissional ou amador, ou seja, aquele que toca um instrumento musical, canta, escreve arranjos, compõe, rege, ou dirige um grupo de coral ou algum grupo de músicos, como orquestras, bandas.

O Dia do Músico é comemorado em 22 de novembro em todo o Brasil, sendo que a profissão do Músico foi regulamentada com a promulgação da Lei nº. 3.857, de 22/12/1960.

Celebramos o Dia da Musica e do Musico Homenageando os Homens e Mulheres que fazem música, que cantam, encantam e regem nossos corações e almas.

Busca-se com esta moção homenagear todos os instrumentistas, percussionistas, cantores, compositores, regentes e todas as pessoas ligadas diretamente à música, de modo profissional ou amador.

Diante do exposto e da importância de se prestar esta homenagem aos artistas da música que criam, tocam e estudam melodias e harmonias que encantam a humanidade há milhares de anos é que rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Moção.

Sala das Comissões, em                    de                    de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



REQUERIMENTO Nº 16  
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA e outros)

Em 16/11/16  
Secretaria Luiza

Requer a realização de Sessão Solene no dia 09 de agosto de 2017, às 10 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em comemoração ao Dia do Padre.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa, do Distrito Federal:

Requeremos, com fulcro nos arts. 99, IV e 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a realização de uma Sessão Solene no dia 09 de agosto de 2017, as 10 horas, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em comemoração ao Dia do Padre.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade assegurar a realização de uma Sessão Solene em comemoração ao Dia do Padre, que é celebrado oficialmente desde 1929, em 04 de agosto, data da festa de São João Maria Vianney, quando o Papa Pio XI o proclamou "homem extraordinário e todo apostólico, padroeiro celeste de todos os párocos de Roma e do mundo católico".

Padroeiro é o representante de uma categoria de pessoas, cuja vida e santidade comprovada estimulam uma vida de fé em comunhão com a vontade de Deus. Devido a essa alegação, entendemos o porquê da Igreja a ter escolhido como exemplo a ser seguido pelos sacerdotes na condução de seus rebanhos.

Pela história acreditamos que é justo e oportuno realizar a sessão solene ora requerida, de forma a homenagear os sacerdotes do Distrito Federal.

Diante do exposto, rogamos aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em .....

SECRETARIA LEGISLATIVA  
Recebi em 10/11/2016  
Assinatura [assinatura] Matrícula

Deputada LUZIA DE PAULA  
Autora



Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - Gab. 24 - CEP 70094-902 - Brasília - DF - Tel. (61) 3348-8242

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS: 09/08/2017  
HORA: 10h LOCAL: plenário  
[assinatura] 11.60



> SETAS - 000041 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2146 /2016 ;  
(Do Sr. Deputado DELMASSO)**

2146  
F. Del. 16/11/16  
Secretaria de Estado de Cultura

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Cultura, a respeito dos valores utilizados com a cultura gospel.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Cultura, informações a respeito dos valores utilizados com a Cultura Gospel nos anos de 2015 e 2016, no Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A música gospel é reconhecida por lei como manifestação cultural, inclusive para os efeitos da Lei Rouanet que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor.

A cultura gospel é muitíssimo difundida no Distrito Federal, bem como em todos os pais, contando com representantes da categoria também no exterior, e artistas vencedores de grandes prêmios musicais, como o Grammy, prêmio de notório reconhecimento no mundo todo.

É dever do Estado assegurar a todos o pleno exercício dos Direitos Culturais conforme Lei Orgânica do Distrito Federal: *g*



> SETAS - 000042 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



> SETAS - 000003 <

Art. 246. O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal.

§ 1º Os direitos citados no caput constituem:

- I – a liberdade de expressão cultural e o respeito a sua pluralidade;
- II – o modo de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – a difusão e circulação dos bens culturais.

§ 2º O Poder Público propiciará a difusão dos bens culturais, respeitada a diversidade étnica, religiosa, ideológica, criativa e expressiva de seus autores e intérpretes.

§ 3º O Conselho de Cultura do Distrito Federal, com estrutura, composição, competência e funcionamento definidos em lei, é órgão normativo e articulador da ação cultural no Distrito Federal, vinculados a ele os conselhos de cultura de cada Região Administrativa.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá formas de incentivo à participação da sociedade civil complementarmente aos investimentos destinados à cultura. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2008.)

§ 5º O Poder Público manterá o Fundo de Apoio à Cultura, com dotação mínima de três décimos por cento da receita corrente líquida. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2008.)

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

*Parágrafo único.* Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal

¶



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



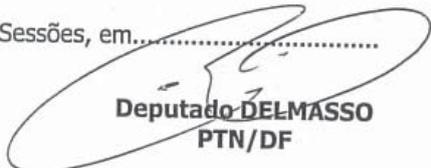
responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

> SETMS - 000044 <

Diante do exposto, solicito informações detalhadas a respeito de quais foram os valores utilizados para projetos, shows e ações destinados para cultura Gospel nos anos de 2015 e 2016. E ainda que seja encaminhado para este Gabinete a relação de todos os projetos que não foram atendidos.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputado DELMASSO  
PTN/DF**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2147 /2016  
(Do Sr. Deputado DELMASSO - PTN)**

LIDO  
em 16/11/16  
Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, sobre o programa de castração de cães e gato no âmbito do Distrito Federal.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas à Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, informações sobre o programa de castração de cães e gato no âmbito do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição tem por finalidade a solicitação de informações, junto ao IBRAM, da atual situação do programa de castração de cães e gatos no Distrito Federal. Q





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



O programa de castração de cães e gatos, denominado Castramóvel tem por objetivo a esterilização destes realizada em veículo devidamente equipado para as respectivas cirurgias.

A cirurgia tem o objetivo de evitar o aumento desenfreado da quantidade de animais domésticos, contribuindo, dessa forma, para a qualidade ambiental, para a saúde pública e para o bem-estar do próprio animal. Controlando a superpopulação de cães e gatos, diminuem problemas como abandono, transmissão de doenças, acidentes e ataques a pessoas.

De acordo com informações do site do IBRAM o serviço itinerante de castração de cães e gatos, Castra móvel foi interrompido em abril de 2016 após ser cedido para UNB por meio de acordo de cooperação técnica para atender projetos de ensino e pesquisa das faculdades de Agronomia e Medicina Veterinária.

Assim, o Castra móvel funcionará no Hospital Veterinário (HVET) da UnB e todos os exames laboratoriais pré-operatórios e avaliação de saúde também serão realizados pela equipe.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

> SETAS - 000047 <

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO**  
PTN - DF

## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

REQUERIMENTO Nº 2148 /2016 ,016

(Do Senhor Deputado Bispo Renato Andrade e Outros)

Requerem, nos termos do art. 78, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 15, inciso XII, e o art. 39, § 1º, inciso X, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, seja solicitada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a realização urgente de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo, com o objetivo de se detalhar a sua real situação orçamentária e financeira, em especial o montante disponível para a concessão de reajustes salariais e para a contratação de novos servidores concursados.

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Deputados(as) integrantes da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 78, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 15, inciso XII, e o art. 39, § 1º, inciso X, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, requeremos seja solicitada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a realização urgente de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo, com o objetivo de se detalhar a sua real situação orçamentária e

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

financeira, em especial o montante disponível para a concessão de reajustes salariais e para a contratação de novos servidores concursados.

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo dispõem o caput do art. 19 e o inciso V do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, bem como o inciso XII do art. 15 e o inciso X do § 1º do art. 39 do Regimento Interno da Câmara Legislativa – RICL:

"Art. 19 [LODF]. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, transparência, eficiência e interesse público [...]

[...]

Art. 78 [LODF]. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

[...]

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal:

- a) da estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas;
- b) dos incentivos, transações, remissões e anistias fiscais, isenções, subsídios, benefícios e afins, de natureza financeira, tributária, creditícia e outras concedidas pelo Distrito Federal;
- c) das despesas de investimento e custeio, inclusive à conta de fundo especial, de natureza contábil ou financeira;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

## GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

&gt; SETAS - 000060 &lt;

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;

e) de outros atos e procedimentos de que resultem variações patrimoniais;

Art. 15 [RICL]. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:

[...]

XII – solicitar, por intermédio da Mesa Diretora, auditoria e inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

[...]

Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno.

§ 1º Na direção dos trabalhos legislativos, cabe especialmente à Mesa Diretora:

[...]

X – requisitar auditorias e inspeções do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre atos sujeitos à sua fiscalização; [grifamos]”

Sobressai, claramente, que o presente requerimento vai ao encontro das normas constitucionais e regimentais retrocitadas.

Primeiramente, porque a solicitação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo ampara-se, de maneira expressa, no inciso V do art. 78 da LODF, e no inciso XII do art. 15 e inciso X do § 1º do art. 39 do RICL.

E, em segundo lugar, porque as inspeções e auditorias ora requeridas vão ao encontro dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade, da motivação, da transparência, da eficiência e do interesse público, visto que se relacionam à consecução de um

## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

objetivo da maior importância: o detalhamento da real situação orçamentária e financeira do Poder Executivo de nosso estado.

Todos somos testemunhas das incontáveis idas e vindas do atual governo – se assim podemos nomeá-lo. Na campanha eleitoral, a conversa era uma; após a eleição, o discurso é outro.

As vítimas diretas mais recentes do Poder Executivo são as categorias de servidores públicos que levaram um inacreditável, vergonhoso e intolerável calote do governo de Rollemberg. Apenas a título ilustrativo, vale mencionar – e aqui não poderíamos deixar de registrar e enaltecer a postura proativa de um sindicato em particular, o SINDATE – a situação dos Técnicos em Saúde e Auxiliares de Saúde, da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal. Segundo disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei distrital nº 5.008, de 26 de dezembro de 2012:

“Art. 2º A Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa – GATA, instituída pela Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, incidente sobre o vencimento básico correspondente ao padrão em que o servidor estiver posicionado, tem seu percentual alterado na forma que segue:

I – 55% (cinquenta e cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2013;

II – 30% (trinta por cento) a partir de 1º de setembro de 2014.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput fica extinta a partir de 1º de setembro de 2015. [grifamos]”

Em vez de seguir o que manda a lei, incorporando, na data nela estabelecida (01/09/2015), a GATA aos vencimentos dos ocupantes dos cargos de Técnico em Saúde e Auxiliar de Saúde, o Poder Executivo envereda, surpreendentemente, pelo condenável, inadmissível e inaceitável caminho do desrespeito ao ordenamento jurídico.

*Mutatis mutandis*, esse nefasto calote se estende para outras categorias de servidores públicos, causando prejuízos indiretos à toda a coletividade, já que a ausência da concessão dos reajustes legalmente estipulados acaba por

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

comprometer, inexoravelmente, a qualidade de serviços de primeira necessidade à população, sobretudo aos mais pobres.

Qualidade de serviços essa que também resta prejudicada, em imensurável proporção, por outra gravíssima e imperdoável falha do governo Rollemberg: a não contratação de novos servidores concursados. Trata-se de mais um descalabro da atual administração do nosso estado. Gastam-se rios de dinheiro – do povo – com a realização de concursos públicos, mas não se nomeiam os candidatos aprovados. Essa, aliás, foi uma das legítimas reclamações dos odontólogos, em Audiência Pública promovida, em 26 de outubro do corrente ano, no Plenário desta Casa de Leis.

Para justificar o injustificável, o Poder Executivo sempre apela para a clássica desculpa da falta de recursos financeiros para custear os reajustes e as contratações. O mais curioso, todavia, é que, enquanto alega carência de recursos, o Executivo banca viagens internacionais a servidores, paga cachês altíssimos a músicos, gasta verdadeira fortuna com publicidade estatal, e assim por diante.

A sociedade já não suporta mais tanto descaso e tanta contradição, governador!

Nesse contexto, é de todo recomendado e pertinente solicitar ao TCDF a realização urgente de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo, com o objetivo de se detalhar a sua real situação orçamentária e financeira, em especial o montante disponível para a concessão de reajustes salariais e para a contratação de novos servidores concursados.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas parlamentares integrantes da Mesa Diretora desta Casa de Leis para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

  
**DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – PR**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – 4º Andar – Gabinete 20 – CEP 70.094-902 – Brasília-DF  
Tel. (61) 3348-8202/8209  
www.cl.df.gov.br

&gt; SET/AS - 000062 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Bloco Sustentabilidade e Trabalho**



L I D O

**REQUERIMENTO Nº**

RQ 2149 /2016

em 16.11.16

Secretaria Legislativa

**(Dos Deputados: Joe Valle, Professor Reginaldo Veras, Chico Leite, Claudio Abrantes e Professor Israel Batista)**

**Requer a realização de audiência pública para discutir a Coleta Seletiva no âmbito do Distrito Federal.**

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

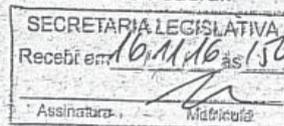
Com o amparo dos art. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requiro a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 25 de novembro às 10 horas no Auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater sobre a Coleta Seletiva no âmbito do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

Coleta seletiva é o recolhimento dos resíduos orgânicos e inorgânicos, secos ou úmidos, recicláveis e não recicláveis que são previamente separados na fonte geradora, recolhidos e levados para seu reaproveitamento.

A coleta seletiva é uma alternativa para minimizar o impacto da produção maciça de lixo que é jogado na natureza, uma vez que alguns materiais levam muito tempo para se degradar. O papel leva de três a seis meses, o filtro do cigarro e o chiclete levam cinco anos, a lata de aço de cinco a dez anos, o náilon mais de 30 anos, o plástico e o alumínio centenas de anos, o vidro mais de mil anos e a borracha leva um tempo indeterminado.

A coleta seletiva obedece a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos: azul – papel e papelão, vermelho – plástico, verde – vidro, amarelo – metal, marrom – resíduos orgânicos, preto – madeira, roxo – resíduos radioativos, laranja – resíduos perigosos, branco – resíduos ambulatoriais e de serviço de saúde, cinza – resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Bloco Sustentabilidade e Trabalho**



Depois de recolhidos os materiais são armazenados numa central de triagem, onde serão separados, prensados e comercializados para as indústrias recicladoras.

Reciclar é a melhor solução para o lixo, reduzindo a sobrecarga dos depósitos. O reaproveitamento do lixo envolve o princípio dos "3 Rs": reduzir, reutilizar, reciclar. Reduzir a produção de resíduos, com a adoção de novos hábitos de compra, reutilizar potes, caixas e outros objetos de uso cotidiano, reciclar o lixo descartado após o consumo, transformando-o em matéria prima industrial para nova fabricação.

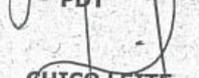
Os principais produtos recicláveis são: vidros: garrafas, potes de alimentos, frascos de remédios e de perfumes. Esse material volta a ser usado infinitas vezes sem perder as características. Papel: revistas, jornais, papéis variados, caixas de papelão (de todos os tipos). Transformam-se em papel para agendas, cartões e caixas de papelão. Plásticos: garrafas PET, potes, tampas, embalagens, sacos diversos. Matéria prima de fibras têxteis, tubos, artefatos plásticos, cordas, cerdas de vassouras, carpetes. Metal: latas de aço e alumínio, tampas. Arames, fios, grampos, pregos, tubos de pasta, alumínio, cobre. O aço volta a ser usado sem limites. O alumínio pode ser reusado em latas e autopeças.

Não podem ser reciclados: espelhos, vidros de janelas e de boxe de banheiro, vidros de automóveis, cristais, lâmpadas, vidros temperados, ampolas de remédios, papel celofane, fraldas descartáveis, pilhas, latas enferrujadas, papel higiênico, guardanapos sujos, papel laminado e plastificado e papel carbono. Para que seja reciclado, o lixo deve ser descartado de forma seletiva e recolhidos pelo Estado, ou entregue em locais predefinidos, ou ainda doados a entidades que recebem esse tipo de material.

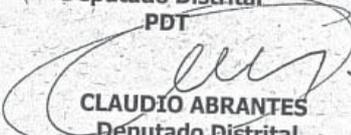
Diante da importância do tema aqui abordado, solicito a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

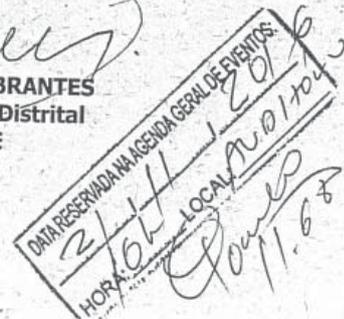
  
**JOE VALLE**  
 Deputado Distrital  
 PDT

  
**CHICO LEITE**  
 Deputado Distrital  
 REDE

  
**PROFESSOR REGINALDO VERAS**  
 Deputado Distrital  
 PDT

  
**CLAUDIO ABRANTES**  
 Deputado Distrital  
 REDE

  
**PROFESSOR ISRAEL BATISTA**  
 Deputado Distrital  
 PV





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Chico Vigilante

Em: 16/11/16

Secretaria Legislativa

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº**  
**(Do Sr. Deputado Chico Vigilante) RQ 2150 /2016**

> SETAS - 000X65 <

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, que sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do Distrito Federal, informações referentes à serviços funerários gratuitos nos cemitérios do Distrito Federal, nos anos de 2015 e 2016, da forma que segue:

- 1) O número de enterros sociais/sepultamentos gratuitos (serviço funerário gratuito) realizados;
- 2) O custo desses sepultamentos;
- 3) O percentual de sepultamentos gratuitos realizados; e
- 4) Por quanto tempo o túmulo dessa categoria de sepultamento fica preservado.

**JUSTIFICAÇÃO**



Conforme disposto no Decreto nº 28.606, de 20 de dezembro de 2007, em seu art. 21, é concedido aos usuários da Assistência Social do Distrito Federal o serviço funerário gratuito, de forma eventual, desde de que observados alguns critérios determinados no referido Decreto. Assim, solicito as informações acima descritas com o intuito de perceber o cumprimento de normas em nossa Cidade, em especial aquelas que favorecem às famílias de baixa renda do Distrito Federal.

Além disso, as informações requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização e controle parlamentar, prevista na Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2016.

**CHICO VIGILANTE**  
**DEPUTADO DISTRITAL**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado JOE VALLE – PDT

L I D O  
em 10/11/16  
Secretaria Legislativa

**REQUERIMENTO Nº /2011. RQ 2151/2016**  
**(Do Senhor Deputado Joe Valle)**

**Requer a realização de Sessão Solene no dia 28 de novembro de 2016, em homenagem aos quarenta e dois anos da prática de "Tai Chi Being Tao" na Praça da Harmonia – 104/105 Norte.**

> SETAS - 000056 <

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do Art. 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência requerer a realização de Sessão Solene no dia 28 de novembro de 2016, às 10h, no Plenário desta Casa, em homenagem aos quarenta e dois anos da prática de "Tai Chi Being Tao" na Praça da Harmonia – 104/105 Norte.

**JUSTIFICAÇÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA  
Recebi em 10/11/16  
Assinatura M Matrícula

A presente proposição tem como objetivo Homenagear os 42 anos da prática de "Tai Chi Being Tao" na Praça da Harmonia na 104/105 Norte.

TAI CHI BEING TAO, PRÁTICAS INTEGRATIVAS CORPORAIS DE AUTO CUIDADO, NA PRAÇA DA HARMONIA UNIVERSAL E NOS POSTOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

O objetivo do Tai Chi Being Tao é aprimorar de forma global as diversas dimensões da vida: física, mental, espiritual, social e ecológica, desenvolvendo uma cultura de saúde, de paz, de harmonia no convívio social. O Tai Chi Being Tao se baseia em várias formas de exercícios e terapias da cultura milenar chinesa para a saúde e longevidade, como: o Tai Chi Chuan, o Chikung, a automassagem, a captação da energia solar, os momentos de interiorização, a meditação entre outras. Sua prática regular resulta em promoção da saúde física, mental e espiritual. Com benefícios profiláticos e terapêuticos: promove a força muscular, previne a depressão, controla a hipertensão, mantém as articulações flexíveis, favorece o equilíbrio emocional, desenvolve poderosos mecanismos de controle do estresse.

Os benefícios das práticas orientais, como Tai Chi Being Tao e meditação são comprovados pelas pesquisas científicas reconhecidas mundialmente como curativas e auxiliares em nas doenças crônico-degenerativas, estresse, dentre outras.

Paulo Barbosa Pacheco  
Chefe do Cerimonial - Substituto  
n.º 11.440-40

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
28/11/2016  
HORA: 10h LOCAL: PLENÁRIO

(m)

\*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE – PDT**

> SETAS - 000057 <

Pesquisas médicas, em diversos países têm comprovado a eficácia e os resultados positivos nos praticantes de Tai Chi Chuan. Na PHU, pessoas de todas as idades ali se reúnem durante as manhãs para a prática do Tai Chi Being Tao, sob a orientação dos facilitadores voluntários, sempre encerrando suas atividades com as palavras: Fraternidade, Saúde e Paz! Essas práticas corporais integrativas de autocuidado se disseminaram por diversos locais em Brasília, no Distrito Federal e em várias capitais brasileiras.

Em 2006, foi realizado o primeiro treinamento gratuito de Tai Chi Chuan 13 movimentos, por Moo Shong Woo e sua equipe de professores voluntários, para os 25 funcionários da Gerência de Práticas Integrativas em Saúde da Secretaria de Saúde do DF (GERPIS/SES/DF). Então, passaram a ser realizadas as práticas corporais integrativas de autocuidado em 18 Postos de Saúde do DF, direcionadas aos usuários do SUS. Em 2011, o Projeto Praça da Harmonia Universal, com as práticas de Tai Chi Being Tao, recebeu Menção Honrosa no IV Concurso Cidades Ativas, Cidades Saudáveis, promovido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Portanto, é uma homenagem digna e justa, da qual a Câmara Legislativa muito se honra, merecendo por isso ser aprovado o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em        de        de 2016.

**Deputado JOE VALLE**  
**PDT**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2152 /2016

L I D O

(Do Sr. Deputado DELMASSO)

Em,

16/11/16

Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito do transporte de pacientes nos elevadores utilizados para transportar lixo no Hospital Regional da Asa Norte.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito do transporte de pacientes nos elevadores utilizados para transportar lixo no Hospital Regional da Asa Norte.

**JUSTIFICAÇÃO**



Foi noticiado na imprensa local que no Hospital Regional da Asa Norte pacientes tem sido obrigados a utilizar elevadores que transportam lixo submetendo-se a risco de contaminações e infecções pelos mais diversos tipos de germes, bactérias e demais agentes nocivos a saúde que podem ser encontrados nos dejetos.

O HRAN conta com seis elevadores, dos quais quatro encontram-se quebrados. Assim, conforme relatos de funcionários os dois elevadores restantes tem



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



sido utilizados para transportar lixo contaminado, roupas sujas, refeições e pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos.

Segundo informações o problema com os elevadores já ocorre há no mínimo um mês, e ainda assim os dois elevadores que restam apresentam defeitos com frequência chegando a quebrar diversas vezes com pacientes e servidores dentro.

O Hospital possui sete pavimentos, de modo que aqueles que precisam acessar os andares acima ou abaixo do térreo precisam se submeter ao risco de utilizar os elevadores com risco de contaminação. Segundo funcionários algumas macas ocupadas são transportadas pela escada colocando em risco a integridade física dos pacientes

É evidente que a situação da saúde no Distrito Federal é urgente a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

"Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas".

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos. ☹



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



> SETAS - 000060 <

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito do porque os elevadores do Hospital Regional da Asa Norte estão sem funcionar e quais providências estão sendo tomadas para reestabelecer o funcionamento destes; e ainda porque os pacientes tem sido transportados em elevadores que transportam material contaminado. ◊



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

*Parágrafo único.* Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputado DELMASSO  
PTN/DF**

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 1

**TERCEIRA SECRETARIA  
 DIRETORIA LEGISLATIVA  
 DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
 SETOR DE TAQUIGRAFIA  
 SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
 ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª  
 (CENTÉSIMA PRIMEIRA)  
 SESSÃO ORDINÁRIA,  
 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Colégio de Líderes está em reunião para definir a pauta desde as 14h30min. Aproveito este momento para fazer o registro da presença de estudantes e professores, trabalhadores da educação do Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota, de Sobradinho, que estão participando do projeto Cidadão do Futuro como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Parabenizo a Escola do Legislativo, ao passo que dou as boas-vindas a todos os estudantes e professores que estão aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

O Colégio de Líderes continua fazendo o debate sobre a pauta, de maneira que suspenderei a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h08min, a sessão é reaberta às 16h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min	Sessão/Reunião 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência dispensa a leitura das atas e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 94ª Sessão Ordinária;
- Ata da 95ª Sessão Ordinária;
- Ata da 96ª Sessão Ordinária;
- Ata da 21ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 22ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 97ª Sessão Ordinária;
- Ata da 98ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa presentes, hoje venho a esta tribuna falar da situação que o nosso país vive, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, e é importante que possamos fazer algumas avaliações.

Estamos vendo que alguns estados brasileiros têm decretado praticamente falência. Temos visto o Estado do Rio de Janeiro com dificuldades, Deputado Wasny de Roure, em fazer o pagamento dos salários dos seus servidores. Uma pré-proposta de aumento da contribuição previdenciária para até 30% do salário do servidor e também dos aposentados foi apresentada pelo governo daquele estado e diretamente rejeitada pela população.

Temos visto também, Deputado Raimundo Ribeiro, alguns estados que teriam uma economia forte, como o Rio Grande do Sul, com dificuldade de honrar os seus compromissos. Temos visto o Governo do Distrito Federal, que, graças a Deus, consegue pagar os salários em dia, mas infelizmente talvez não consiga honrar os compromissos assumidos, estabelecidos por lei, por falta de caixa, por alguns problemas, por algumas situações.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min	Sessão/Reunião 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 3

Eu acredito que não devemos fazer uma discussão pontual disso, e eu quero usar a tribuna para falar justamente que é necessário que a gente repense, Deputado Wasny de Roure, a forma de gestão pública que é implantada em nosso País. Nós precisamos amadurecer a forma como a gestão pública e a administração pública são tocadas em nosso País.

Eu quero aqui, antes de dar continuidade ao meu pronunciamento, saudar os policiais civis que acabaram de entrar na galeria desta Casa e também cumprimentar o pessoal da carreira de Assistência Social e o do Socioeducativo que estão presentes também. Quero saudar a presença de todos e quero dizer que nós do bloco Juntos por Brasília, formado por mim, pela Deputada Sandra Faraj, pela Deputada Liliane Roriz e pela Deputada Telma Rufino, não só apoiamos, mas também queremos ver a situação da Polícia Civil resolvida, pois nossa cidade precisa que a situação de vocês seja resolvida, a carreira de vocês precisa ser muito valorizada – como também, da mesma forma, as demandas que foram apresentadas pelo Sindicato da Assistência Social e do Sistema Socioeducativo podem contar com esses quatro Deputados que fazem parte do nosso bloco.

Voltando a falar um pouco sobre gestão, é necessário que nós tenhamos a coragem, Deputado Agaciel Maia, de começar a construir numa nova forma de gerir. Eu acredito que o Estado precisa, sim, garantir os direitos sociais, mas ele não pode ser responsável totalmente pelas diversas manutenções que são colocadas. Então, quero defender aqui sim – eu não estou aqui defendendo nem o estado mínimo nem estado máximo – o Estado necessário. Eu acredito que o Governo deve cuidar daquilo que é necessário: educação, segurança pública, saúde, assistência social, mas, naquilo que não deve ser dever do Estado, ele deve, sim, proporcionar parcerias público-privadas, chamar o setor produtivo para que ele possa, em conjunto com o Estado, gerir e até mesmo melhorar a qualidade do serviço, porque o que a população lá fora clama todos os dias é: “pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados”.

O que vemos todos os dias, quando abrimos os jornais, ligamos a televisão, ligamos os rádios, é a reclamação dos usuários de serviços públicos pela má qualidade com que esse serviço público é prestado. Eu não digo que essa má qualidade é por causa das pessoas. Não. É pela falta de estrutura que o Estado não consegue dar. O Estado não consegue dar uma estrutura decente para que os policiais que fazem parte do Sistema de Segurança Pública consigam exercer seus papéis. O Estado não consegue dar, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde – infraestrutura mínima necessária para que os professores possam dar suas aulas utilizando todas as ferramentas disponíveis; o Estado não consegue dar infraestrutura aos hospitais, aos centros de saúde para que os profissionais que são contratados pela Secretaria possam prestar um serviço de qualidade.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início		
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

Todos os dias, quando abrimos os jornais, vemos notícias: "Ah, pacientes são transportados" – como recentemente, agora, no HRAN – "pacientes são transportados dentro do elevador de lixo, porque os elevadores que servem para transportar estão quebrados, falta manutenção, falta isso, falta aquilo outro..."

Então, Deputado Wasny de Roure, nós precisamos repensar. O que a sociedade lá fora clama não é pela forma. O que eles querem é receber o serviço público de qualidade. Nós pagamos altíssimos impostos e recebemos um serviço de péssima qualidade. É o único lugar no mundo onde se paga muito, e a qualidade não se cobra. Então, é necessário que a gente repense isso.

Eu aqui defendo, sim, que o Estado venha ser empreendedor. Ele não pode só ficar olhando para os problemas, para o seu umbigo. Ele precisa ser empreendedor, precisa buscar soluções criativas. E aqui eu não estou falando de governo a, b ou c, não. Eu estou falando do Estado em si. E, quando eu falo em Estado, é responsabilidade nossa como Câmara Legislativa, é responsabilidade do governo, é responsabilidade do Poder Judiciário buscarmos essas soluções inovadoras.

E eu me faço uma pergunta: por que, por exemplo, capitais, cidades como Vancouver, cidades como Nova Iorque, cidades como Washington, cidades como Paris, cidades como Buenos Aires – falando aqui da nossa vizinha Argentina – conseguem prestar um serviço público de qualidade, e nós não conseguimos? Qual é a diferença? "Ah, porque lá tem dinheiro, não sei o quê, blá-blá-blá..." Como foi citado aqui, nunca se combateu tanto a corrupção no Brasil como se está combatendo agora – e precisa-se combater mais –, mas o problema está no Estado paquiderme. Infelizmente, nós vivemos um mito, o mito do Estado grátis, o mito do governo grátis. Nós vivemos esse mito e precisamos acabar com esse mito.

Nós precisamos, sim, cobrar a qualidade dos serviços públicos. E aqui eu até digo que existe hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o que deve ser colocada é a lei da responsabilidade da eficiência e da eficácia do Estado. O gestor que não buscar soluções criativas para atender com eficiência e com eficácia a população, a sociedade, que é o seu principal cliente, eu não falo que ele deve ser só responsabilizado, mas ele não deve sequer participar da gestão.

É necessário que a gente repense a forma do Estado. É necessário que a gente diminua, sim, e que a gente compartilhe responsabilidades. E, quando eu falo em compartilhar responsabilidades, eu digo que nós temos que chamar a sociedade, também, para um pacto. Diminuir o mito do governo grátis e colocar para que todos possam participar. Quando eu falo do mito do Estado grátis, não estou querendo dizer que eu vou cobrar o serviço prestado, porque já pagam. Nós pagamos impostos, Deputado Wasny de Roure, nós pagamos. É necessário que o Estado busque soluções criativas.

 <b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>				<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>	
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

E aqui eu quero citar um exemplo, Deputado Chico Vigilante, de uma solução criativa que foi feita numa cidadezinha pequenininha do interior da Argentina, chamada Neuquén. Lá 100% dos alunos estão em escola pública, lá a escola é pública e gratuita. Cem por cento das crianças estão em escola pública, mas quem mantém essas escolas é o empresariado local. Existe uma lei de incentivo, Deputado Wasny de Roure, para que quem financie esse tipo de coisa tenha redução na tarifa de imposto.

Era o que eu queria dizer. Muito obrigado.

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO)** – Obrigado, Deputado Delmasso.

Quero também saudar os trabalhadores da carreira de assistência social e da socioeducativa, bem como o pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, que nos honra em fazer uma assembleia na porta desta Casa. Quero dizer que esta Casa se sente honrada com suas presenças.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO)** – Aqui está dizendo que o Deputado Bispo Renato Andrade é o Líder da Minoria, mas a minoria está tão pequena que ele não está.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder da Maioria. (Pausa.)

Registro, porém, que o Deputado Wasny de Roure disse que sempre é o último a fazer uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO)** – Vejam que elegância do Deputado Agaciel Maia: primeiro, fará uso da palavra, como Líder, o Deputado Wasny de Roure, para que S.Exa. não registre mais essa sua reclamação. Em seguida, passaremos a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

**DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, pessoal da carreira da assistência e da socioeducativa, bem como os servidores da Polícia Civil, agentes, delegados, escrivães, no que tange à carreira da assistência, nós já pedimos à Secretária Leany, conforme solicitado para a direção do sindicato, uma audiência para, então, levar essa discussão até o Planejamento.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

Fizemos hoje, a partir de uma discussão com o Deputado Wellington Luiz, dirigida mais ao pessoal da Polícia Civil, ação para que possamos trabalhar numa proposta com a direção do sindicato e tentar discuti-la com o governo. Não adianta simplesmente ir lá sem ter uma proposta e um ingrediente diferente, que seria uma proposta endossada pelos Srs. Deputados para discutirmos com o Sr. Governador. Ao mesmo tempo, temos que manter contato com as entidades da sociedade civil, mais especificamente a Ordem dos Advogados do Brasil e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e fazer tratativas políticas junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Planejamento.

Então, a nossa proposta passa por essa construção a partir de um diálogo, em primeiro lugar, com a direção dos sindicatos, com os Deputados que têm interesse nesse debate e seus assessores. O Presidente da Casa está encaminhando essa proposta e queremos continuar mantendo esse diálogo.

Mas, Sr. Presidente, eu pedi para fazer a nossa manifestação na tarde de hoje porque quero me reportar, Deputado Agaciel Maia, a um recente documento publicado no *site* da Receita Federal que me chamou bastante a atenção, a ponto de me fazer trazer esse assunto aqui à Câmara Legislativa. É um estudo que a Receita Federal fez a partir dos programas de parcelamentos especiais. Há programas da Receita Federal que chegam a dez anos com relação às dívidas ativas.

É tão interessante esse estudo, Sr. Presidente, porque mostra exatamente 2013, 2014 e 2015. A dívida ativa, que era um pouco superior a 1 trilhão de reais, chega, no ano final, 2015, a um montante próximo a 5 trilhões de reais. Esses números estão no estudo da própria Receita Federal recentemente publicado no seu *site*.

O incrível, Deputado Agaciel Maia – e naturalmente há que se debruçar sobre isso, para saber o que inclui e o que não inclui – é que demonstra a perda, a evasão de recursos públicos provenientes principalmente dos contribuintes que já fazem parte do sistema. O que fica claro é que este mecanismo que tenta criar facilidades para o infrator vem demonstrar que isso só tende a crescer como uma verdadeira bola de neve, em que os contribuintes passam a entender que é melhor entrar na faixa infracional – aqueles que negam o recolhimento das contribuições devidas ao Estado, na forma de tributo ou nas suas mais diferentes características.

Ora, isso é algo extremamente pesaroso, extremamente delicado porque um Estado que tem a dilapidação das suas finanças por procedimentos patrocinados por ele mesmo é um estado que alimenta a cultura da negligência e das práticas da improbidade.

Portanto, chamo a atenção dos colegas para isso, porque tenho utilizado dessa tribuna para falar e para dar um recado e não tenho conseguido sensibilizar os caros parceiros. Nem vou pedir aqui para os Parlamentares, porque S.Exas. têm uma sobrecarga tão grande, mas quero pedir que pelo menos a assessoria de S.Exas.,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7		

que os orientam sobre como se posicionarem politicamente aqui, possam ler esse estudo técnico publicado no *site* da Receita Federal. Acho que vale a pena. É desnecessário até, porque já falei nisso, mas há um servidor desta Casa, concursado, que fez um estudo também aqui para Brasília – já que não queremos analisar só os números nacionais – que aponta na mesma direção.

O interessante, Sr. Presidente, é a conclusão e a recomendação que a própria Receita Federal faz, mas não vou contar toda a novela, senão ela perde a graça. Vou deixar os colegas lerem e apreciarem o que a conclusão do estudo diz para o País acerca da perda de receita da União e do crescimento astronômico... É incrível ver o gráfico apresentado nesse estudo, eu cheguei a dizer aqui que se assemelhava a um gráfico de natureza exponencial.

Então, sugiro aos colegas que leiam e aos senhores assessores que acompanhem o *site* da Receita Federal, isso vai trazer enorme ajuda para esta cidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO)** – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pela Liderança da Maioria.

**DEPUTADO AGACIEL MAIA** (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezados visitantes, pessoal da galeria, eu tenho dois assuntos específicos para tratar nesta tarde de hoje.

Inicialmente, Sr. Presidente, falo de uma audiência pública que houve para debater a questão das invasões e da remoção das pessoas. Houve a deliberação de alguns Deputados que estavam comandando esta reunião de que não votariam os projetos até que se resolvesse ou o governo tivesse uma posição a respeito dessa remoção.

Eu servi de intermediário e depois fiquei em uma condição difícil. Foi marcada uma audiência com o Sérgio Sampaio, Secretário da Casa Civil. Inicialmente eu tinha pedido – porque serviço público é assim, as perguntas têm que estar escritas e têm que voltar escritas as respostas – que fosse feito um documento, por parte de alguns Parlamentares, e apresentado e protocolado na Casa Civil, para que o governo dissesse que áreas tais não podiam ser regularizadas porque estavam em área de proteção ambiental e quais áreas poderiam ser passíveis de regularização.

Nós Deputados frequentemente nos deparamos com situações de remoções, que têm sempre um apelo social muito forte, porque são pessoas, com crianças, que não têm onde morar. Por outro lado, fazemos um grande enfrentamento, que são invasões que prejudicam nascentes, ou, às vezes, são invasões realizadas por

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início		
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

grileiros que botam milhões de reais no bolso e depois mandam o problema para a população pobre, para o colo dos Deputados aqui, para que seja resolvido.

Então, gostaria que se apresentasse consulta de maneira protocolada e que o governo respondesse por escrito quais são as áreas que podem ser regularizadas e as áreas que realmente não têm, pela legislação, como serem regularizadas.

Eu quero, Deputado Delmasso, pedir algo à assessoria da Casa. Esse documento apresentado pelo Deputado Wasny de Roure sobre as áreas foi protocolado na OAB e em alguns outros órgãos, mas eu queria, porque dei minha palavra, que a Mesa Diretora mandasse esse requerimento do Deputado Wasny de Roure para o Sérgio Sampaio, Chefe da Casa Civil, para que a Câmara Legislativa tivesse uma resposta oficial sobre esses questionamentos.

Então, quero entregar à Mesa esse documento para que a própria Mesa Diretora encaminhe ao chefe da Casa Civil e que possamos ter uma resposta o mais breve possível para que, quando alguém procurar a Casa, tenhamos uma posição do Governo e uma posição dos Deputados.

Há outro assunto que eu gostaria de discutir. Deputado Wellington Luiz, sempre que falo em Polícia Civil, eu respeito muito o conhecimento e a dedicação que V.Exa. tem a essa causa. Muitas vezes até fui mal-entendido, porque sempre que há o assunto Polícia Civil, eu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e Relator do Orçamento do Distrito Federal, tenho de ouvi-lo. Às vezes, até me neguei a receber o Gaúcho, ou grupos, sem a sua presença. Nós tivemos – e V.Exa. esteve presente – uma audiência aqui, com o Secretário de Fazenda e com a Secretária de Planejamento, sobre o relatório quadrimestral que o Governo é obrigado, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a apresentar de quatro em quatro meses, para fazer uma grande discussão sobre o problema e buscar uma solução para o reajuste da Polícia Civil; essa equiparação com a Polícia Federal.

Fiz um demonstrativo, e o apresentei, de que quando o Fundo Constitucional foi criado – o Sandro, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Wasny de Roure estavam presentes –, a Polícia Civil tinha a maior participação das três áreas de segurança: Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil. Eram seiscentos e poucos milhões para a Polícia Civil e, em segundo lugar, quinhentos e poucos milhões para a Polícia Militar. Fiz alguns intervalos, marquei 2003, 2010 e, depois, a projeção para 2017.

A Polícia Civil vem perdendo, durante esse período, desde a constituição do fundo que foi criado para a segurança, podendo ser estendido tanto para a área de educação como para a de saúde, mas o foco principal do custeio do fundo seria a segurança pública. A Polícia Civil, durante esse período todo, vem perdendo participação relativa nos valores estabelecidos para custearem a Polícia Civil em detrimento da participação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Hoje, há um transbordo entre os valores colocados para segurança, educação e saúde, além do Fundo Constitucional, que é um valor estabelecido pela Receita Corrente Líquida da União, que estabelece o valor do Fundo Constitucional a cada ano. Antes, estava tramitando pelo Orçamento do Distrito Federal, mas agora, a partir de 2017, deixa de tramitar. Há um transbordo; ou seja, o governo tem de colocar dos seus recursos praticamente 8 bilhões de reais para complementar essas despesas.

Uma forma de resolver essa questão do reajuste da Polícia Civil, uma das saídas, seria fazer uma maior participação dos recursos das receitas tributárias, como IPVA e IPTU, ou de capital, como vendas de terrenos ou outras transferências da União. Poderia haver uma maior participação para segurança e educação dos recursos do tesouro; abrindo, no Fundo Constitucional, uma participação maior para a Polícia Civil. Inicialmente, o governo tinha oferecido 28 milhões, quando, na realidade, para equiparar com a Polícia Federal, daria um reajuste de cento e poucos milhões. Essa seria uma saída.

A segunda saída que poderia ser vislumbrada seria, já que são 28 milhões para 108 milhões – se não está fugindo da minha memória o valor exato – Deputado Wellington Luiz, ou um trabalho político junto aos Deputados da bancada federal de maneira que fosse feita uma emenda de bancada dos Deputados Federais que, além das emendas individuais, têm direito a emendas de bancada de valores que complementassem essa diferença de vinte e oito milhões para cento e poucos milhões.

Poderia também ter a participação dos próprios Deputados Distritais através das emendas a que têm direito. Pega-se a reserva de contingência do orçamento, tira 1% e divide-se o restante para os 24 Deputados. Assim se acha ao valor das emendas a que cada Deputado tem direito por ano. Isso dá dezoito milhões e seiscentos e poucos mil para 2017. Que pudesse ter também, Deputado Wasny de Roure, a participação dos Deputados Distritais, porque nós sabemos que nunca conseguimos, do ponto de vista de execução, mais do que cinco ou seis milhões por ano. Que os Deputados Distritais pudessem participar desse bolo complementar colocando parte de valores das suas emendas para que pudesse exatamente complementar essa equiparação de cento e poucos milhões quando o governo ofereceu só vinte e oito milhões.

Então, as saídas orçamentárias, pelo menos do ponto de vista que eu vislumbro, seriam, Deputado Wasny de Roure, essas. Uma delas seria o governo deslocar parte dos recursos do fundo, seja para a educação, seja para a saúde, complementando com o Tesouro, já que há esse transbordo de 8 bilhões. A outra seria exatamente fazer esse esforço político. Sobre isso, eu conversei com o Deputado Wellington Luiz, com o Sandro, que existem essas saídas para que o governo possa sair desse impasse.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min	Sessão/Reunião 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa., que hoje é o maior especialista em fundo constitucional em nível de bancadas federal e distrital.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu agradeço, mas ainda estou longe disso. Um dia, a gente chega lá.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. vai ser o relator geral do Orçamento. Nós estamos discutindo uma alternativa – claro que o orçamento não significa que o governo vai executar – para poder permitir que o governo tenha condições de trabalhar essa possibilidade do reajuste dos servidores da Polícia Civil. Nós já nos reunimos com o pessoal do sindicato na construção desse montante. Queremos apresentar para V.Exa. antes mesmo de dar o nosso relatório setorial.

Eu não quero fazer dessas coisas um cenário de conflito, porque eu sei das suas responsabilidades e tenho muito respeito por V.Exa. Mas creio que pode ser, sim, um mecanismo com amparo na legislação que, pelo menos, crie um cenário mais propositivo e mais esperançoso para o segmento.

Agora, acredito que o Governo do Distrito Federal... O diálogo apenas do sindicato, nosso, na tentativa de sensibilizá-lo já esgotou. Não vejo mais essa possibilidade de sensibilização do governo. Foi dito, não na reunião com o Presidente do Sindicato da Polícia Civil, o Gaúcho, mas na reunião anterior aqui conosco no Colégio de Líderes que o governo estaria em condições de receber a Polícia Civil apenas em fevereiro. Depois foi desmentido aqui neste plenário. Ora, eu estou preocupado porque eu entendo que é uma matéria que nós dependemos tanto da área federal quanto do Governo do Distrito Federal. Nós não podemos suprimir a responsabilidade de cada um. É uma noção absolutamente híbrida que tem que ser levada em conta.

Eu acredito que esta Casa, com o acompanhamento da direção do sindicato, deveria, sim, trabalhar a alternativa de uma proposta – que talvez nem venha a agradar totalmente a Polícia Civil. Seria até desgastante para a gente assumir essa posição, mas que nós possamos ter a sensibilidade de dialogar com o governo.

Nós estamos passando por uma fase de extrema indiferença do governo para com o movimento, e isso é muito ruim. Nós já estivemos no Ministério do Planejamento, com o Deputado Bessa, onde foram discutidas várias questões relevantes. O governo recusou-se a receber o Deputado Bessa – é bem verdade que por outras razões –, mas seria importante aquele abrir um canal de diálogo com o Governo Federal a partir de um diálogo dele com o Presidente da República.

Então, eu fico muito apreensivo porque, se nós não tivermos essa posição de maior abertura por parte do governo, boa vontade para negociar, nós vamos ficar num absoluto isolamento com o pessoal da Polícia Civil. Eu quero sugerir aqui – tenho feito isso na reunião lá com o Presidente da Casa – que nós dialoguemos com

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início		
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

os setores da sociedade civil – a Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, que é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – porque quem vai pagar o preço não é o governo, quem vai pagar o preço é a sociedade civil. Isso é muito importante para que nós possamos sair desse quadro de isolamento.

O que mais me preocupa neste momento é o quadro de isolamento. É o que, neste momento, mais interessa ao Governo do Distrito Federal do que qualquer outra coisa. Parece que ele não está muito preocupado com uma situação que possa ser operacionalizada. Eu acho esse quadro que está diante de nós extremamente preocupante porque, com o enfraquecimento da segurança pública, quem está pagando o preço é a população do Distrito Federal. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o pronunciamento de V.Exa. e o incorporo ao meu discurso. Contudo, eu não estou discutindo essa questão política, nem essa questão de receber Deputado ou deixar de receber. Eu apenas, como técnico da área, estou dando algumas sugestões de encaminhamento.

Eu acho que tanto o Deputado Federal, como o Senador, como o Deputado Distrital têm autonomia sobre os valores das suas emendas, e o governo ficaria sem nenhum argumento, porque, da mesma maneira que nós oferecemos recursos para a educação, para a saúde, para a infraestrutura, a construção civil, poderíamos também fazer emendas individuais da nossa cota parlamentar para a Polícia Civil – tanto os Deputados Federais como também os Deputados Distritais. (Palmas.)

Então, o que é difícil e às vezes fica na discussão, Deputado Wellington Luiz, é que nós temos que criar algumas alternativas para que sejam apresentadas soluções. Se a diferença é de oitenta, ou menos, de setenta e poucos milhões, essa diferença pode ser construída por emendas não só da bancada federal, como também da bancada distrital.

É o que eu tinha a falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu só quero saudar todos os policiais civis que estão presentes aqui e ser solidária à fala do Deputado Wellington Luiz. Eu vou ter que sair, Deputado. Estou com um compromisso, mas, qualquer que seja a decisão – por obstrução, por encaminhamento de encaminhar ofício – que V.Exa. tomar junto com o sindicato, pode contar com o apoio do bloco do PPS. É essa a minha orientação.

Obrigada, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo bloco Amor por Brasília.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço a gentileza de incluir na Ordem do Dia os requerimentos (falha na gravação), de 2016; 2.126, de 2016; e 2.068, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Estão todos os requerimentos e moções na Ordem do Dia, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um convite. Chegou a esta Casa e me coube a relatoria, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal. Então, aproveito para convidar os assessores dos Parlamentares interessados em debater a questão da cultura e todos os Parlamentares para uma reunião técnica na sexta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões das comissões. Eu vou fechar o relatório, que está em regime de urgência, e vou colocá-lo em pauta de votação no dia 23, na quarta-feira próxima. Peço que os Deputados interessados, os Parlamentares, quem estiver disposto a fazer emenda, que apareça nessa reunião técnica para que eu possa produzir um relatório coletivo, já pacificado, para a gente não ter que debater depois ou agregar emendas de plenário.

Então, estão todos convidados: sala de reuniões, sexta-feira, às 14 horas, para debater e fechar o relatório da Lei Orgânica da Cultura.

Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz; obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado; obrigado, Presidente.

Quero inicialmente cumprimentar todos os policiais e todas as policiais que estão aqui. Quero agradecer a presença e dizer que eu acho que essa é a medida certa. Presidente, eu acho que o que nós, o que o Parlamento tem que fazer agora é tomar uma medida prática, porque eu acho que de discurso a categoria está cheia. Ninguém aguenta mais.

O que esse governador está fazendo não é só gerar uma ansiedade maior no seio da categoria. O que ele está fazendo é aumentar a violência no Distrito Federal. Há pouco, eu e a Deputada Celina Leão recebemos uma mãe que teve uma filha vítima de latrocínio. Sabe por quê? Porque a insegurança tomou conta, Deputado

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min	Sessão/Reunião 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Chico, do Distrito Federal, e aqueles que podem conter isso estão sendo marginalizados por esse governador.

Mas eu acho que o papel é desta Casa: se nós Parlamentares não fizermos a nossa parte, nós também estaremos, a exemplo desse governador, virando as costas. Eu acho que o papel agora, a obrigação, Deputado, é nossa. Nós temos vários instrumentos, como trancar a pauta. Nós temos que deixar de votar em respeito a essa categoria.

O que não se pode mais é ver tanta inércia e tanta incompetência por parte desse governador. E aí o custo está sendo alto. Não é só para nós policiais, não, Deputado Wasny de Roure. O custo está alto para a população, porque a população hoje está completamente desassistida de atenção do governador. Se ainda tem segurança, é por causa do trabalho heroico dos policiais. E aí, Deputado, tem uma coisa que eu sempre disse: feliz a sociedade cujos policiais reclamam melhores salários, porque ela depende deles. O dia em que o policial não precisar, Deputada Luzia de Paula, reclamar o seu salário, alguma coisa está errada. E aqui, no Distrito Federal, Cláudio, você que faz parte da nossa carreira e tem lutado muito por ela, você sabe o que esses policiais têm feito para garantir o mínimo de segurança.

É covardia o que esse governador tem feito! Ele está empurrando com a barriga o tempo inteiro, tentando enrolar, e nós aqui seremos coniventes se não fizermos alguma coisa. Eu disse isto para o Rodrigo: Rodrigo, é aqui mesmo que vocês têm que reclamar. A categoria está certa em estar aqui porque elegeram os seus Deputados, e nós temos a obrigação de defendê-los. E, defendendo os policiais, nós estamos defendendo a segurança pública do Distrito Federal, que é tratada com todo desrespeito.

Dinheiro o governador tem. O Deputado Wasny de Roure, que é o maior especialista que tem aqui, já provou: nós não somos prioridade, não somos os queridinhos desse governo. Aliás, desse governo ninguém é queridinho, porque, pelo jeito, ele não respeita ninguém. É difícil você achar um queridinho. Agora, o que não dá mais é para esta Casa ficar em silêncio.

O Deputado Delmasso, que vem dos movimentos sociais, sabe da necessidade de se ter uma polícia atuante. Hoje não temos efetivo, não temos aparelhamento e não temos respeito. O que sobrou para essa instituição, ao ponto de todos os servidores chefes entregarem seus cargos de chefia porque não querem fazer parte deste governo? Ele criou uma confusão política e administrativa jamais vista na Capital da República, e vai piorar, porque se ele não respeita a segurança, não há de respeitar mais ninguém. Ele está indolor, está insensível a tudo isso. Isso já foi provado.

Eu concordo com quem disse no Colégio de Líderes que não adianta mais se reunir com esse Governador. O que nós temos que fazer agora é esta Casa fazer a parte dela, com ações objetivas, trancando pauta. Outras ações serão necessárias,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 14

para que este Governador comece a ouvir o Parlamento e tratar com respeito os policiais.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a cada companheira e companheiro Deputado, que venceu as eleições na base do compromisso com seus eleitores. O que seus eleitores querem, no mínimo, é segurança, pois a violência descambou. Se os senhores e as senhoras não nos ajudarem, o custo vai ser muito alto. O custo é pago com o sangue da população, principalmente dos indefesos, dos inocentes. Esse Governador está pouco se lixando para isso, está pouco se importando com o que acontece com nossa cidade. Está provado isso. Ou a gente faz alguma coisa, ou então a gente tem que ser enterrado junto com esse Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na pauta da Ordem do Dia o Requerimento nº 2.145, de 2016, que trata de uma audiência pública para discussão da coleta seletiva no âmbito do Distrito Federal, porque a audiência está próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo na pauta da Ordem do Dia a proposição apresentada.

Devolvo a palavra ao Deputado Joe Valle, em nome do Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar boa tarde a todos e quero deixar claro aqui que, nessa questão tratada pelo Deputado Wellington Luiz, nós estamos fechados com o Deputado Cláudio Abrantes, do nosso bloco, que também é da Polícia Civil e tem tratado isso com toda a atenção. O bloco está fechado com o posicionamento do Deputado Cláudio Abrantes, e nós o seguiremos. Com a licença do meu Líder, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós temos esse acordo no bloco e estamos juntos.

Dentro disso, Sr. Presidente, eu gostaria de falar uma coisa e ressaltar um processo. As pessoas estão confundindo conceitos, confundindo o processo, achando que austeridade é sinônimo de prosperidade. Isso acontece quando as pessoas não entendem de gestão. Na realidade, o remédio tem que ser igual para todos. Ao tratar

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	

os diferentes de forma igual, comete-se um monte de injustiça. Então, enquanto houver a ideia de que esse momento de austeridade vai significar prosperidade, muita gente vai morrer no caminho.

Não adianta ter contas públicas totalmente sanadas, se a população está infeliz. Não posso medir a eficiência de nada pela conta bancária, tenho que medir pela vida das pessoas. Essa é uma lógica muito clara e tem que ser clara na questão da gestão pública, que é diferente da gestão privada. Inclusive, há uma grande campanha refletida nas eleições, de que se deve botar empresário para ser gestor, porque ele entende. Isso é verdade, eu não tenho dúvida de que temos que botar gerentes e gestores de qualidade, porque na hora em que se faz gestão pública, há um componente do serviço público claro para a população, e na hora em que se trabalha a austeridade profunda, isso vai exatamente contra a prosperidade da população. Tudo tem limite nesta vida, e eu não posso me esconder atrás do problema claro de gestão pública pela incapacidade dos gestores.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que eu me coloco aqui entendendo a necessidade de austeridade, mas com limites. O limite está na felicidade das pessoas, no compromisso da vida das pessoas. O gestor público não pode, não deve e, se depender da vontade da Câmara, não vai virar as costas para as pessoas, porque o principal capital, o principal ativo das instituições, é recurso humano.

Estou aqui, Sr. Presidente, com muito pesar porque vou sair agora deste plenário para ir ao enterro de uma criança de 4 anos de idade, neta de uma pessoa muito ligada a mim. Neta de uma pessoa mais nova do que eu, que faleceu em função da desorganização do setor de saúde do Distrito Federal. Uma criança, que não tem culpa de nada, faleceu em função da desorganização. Quem vai ser preso por isso? Quem vai pagar essa conta da vida inteira de uma criança, que foi tolhida, foi cortada pela falta de organização? Nós chegamos ao limite do limite. Não podemos aguentar mais.

Eu concordo com os Deputados que falam que, agora, esta Casa precisa tomar uma atitude clara. Somos 24 Deputados, representamos mais de 400 mil pessoas diretamente, que votaram nos quadros desta Casa. Elas esperam de nós atitudes claras. Não atitudes de oposição irresponsável, de desconstrução de nada e de ninguém, mas atitudes de construção de uma Brasília melhor, levando em consideração que aqui se tem capacidade, inteligência e experiência para se trabalhar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Joe Valle, achei essa abordagem bastante inteligente da sua parte. Não é novidade para nós, V.Exa. é um dos Deputados mais criativos que esta Casa tem o privilégio de ter.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		16	

Acho muito oportuno V.Exa. abordar que não adianta se governar como uma contabilidade. Se fosse assim, não precisaria haver governador, bastaria um contador-geral-mor. É bem verdade que a legislação evolui muito na direção de um gestor que tenha responsabilidade com as finanças. Sem dúvida, essa é uma exigência, sobretudo decorrente da Lei Complementar nº 101, tradicionalmente chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Mas, Deputado Joe Valle, o que me assusta é que, parece-me, a gente tem aquela síndrome de governar criando uma expectativa falsa para a população e, ao mesmo tempo, não criando nela um sentimento de confiança e de esperança.

Eu fico analisando, por exemplo, um retrato eleitoral. Íris Rezende foi reeleito. Reeleito, não. Ele já foi governador vários anos, foi prefeito de Goiânia, e um homem com mais de 80 anos é reeleito no segundo turno. É impressionante. Eu era moleque à época na cidade de Goiânia, quando então, no seu primeiro mandato de prefeito em Goiânia, ele propunha e participava dos chamados mutirões. Mutirões eram procedimentos a que a Administração Pública toda ia. O próprio prefeito ia para ajudar na construção de casas modestas. Eram casas absolutamente modestas. Foi o histórico bairro em Goiânia chamado Redenção. Tanto é verdade que o nome está associado a quê? A uma esperança, a um cenário de esperança.

O Deputado Delmasso, hoje, na reunião dos Deputados, abordou um tema extremamente importante. Ele falou, inclusive, aqui no plenário da Casa na tarde de hoje. Esta é a nova geração de parlamentares que nós temos a grata satisfação em tê-los. Eu quero concordar. Eu quero concordar porque – veja bem, Deputado – o Governador assumiu um empréstimo astronômico, que, inclusive, já havia sido trabalhado pelo governo anterior e a que ele deu continuidade. O contrato já estava assinado, mas o Valmir Campelo – me parece, não tenho certeza, pois não estava lá, não vi – rasgou o contrato que havia sido assinado com o governo anterior e, aproveitando o novo governo, assinou, tendo em vista que ia visitar a direção da Caixa Econômica Federal, ou melhor, do Banco do Brasil e, aí a obra do BRT Norte, em Sobradinho e Planaltina, com muito custo foi restabelecida. O empréstimo me parece que foi de mais de 500 milhões de reais.

Entretanto, Deputado Joe Valle – veja bem, Deputado Delmasso –, nós hoje temos dois pontos de estrangulamento do ponto de vista de salas de aula: um no Riacho Fundo II e o outro no Paranoá. Esses pontos de estrangulamento estão ocorrendo por causa dos programas habitacionais que o GDF e as cooperativas estão implementando. A cidade não se preparou para esses programas, o máximo que fizeram foi deixar os terrenos – me parece – para oito ou nove escolas do GDF.

Ora, Deputado Joe Valle, eu fiquei me perguntando se é possível você conseguir um empréstimo para ampliar o sistema viário extremamente necessário para a população, enquanto que para os jovens, para as nossas crianças, não é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min	Sessão/Reunião 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

possível se conseguir 10 milhões, 20 milhões, 100 milhões de reais para a construção de novas escolas. Nós vamos entrar em um colapso.

Visitei recentemente o diretor da Regional de Ensino ali no Paranoá, Prof. Isac, e ele me disse o seguinte: Deputado, nós temos uma demanda reprimida na nossa cidade, porque a Regional do Paranoá inclui o Itapoã e o Paranoá. Nós temos uma demanda reprimida de quase quatro mil estudantes. Quatro mil, em uma das nossas menores cidades, que não têm acesso ao atendimento da rede pública escolar.

Ora, Deputado, com todo respeito à capacidade de gestão, é inadmissível um gestor aceitar que as nossas crianças fiquem fora das salas de aula, fora das suas creches, à mercê da criminalidade. É por isso que acontece esses episódios como o de hoje, lamentavelmente! Desculpe, mas eu estou emocionado.

Hoje eu estive na cidade de Santa Maria. Fui visitar a escola da 406 e fiquei admirado. Eles estavam com uma série de atividades em curso. Eu entrei em uma das salas, Deputado, e fiquei admirado, porque na minha formação, eu não tive oportunidade de estudar filosofia, mas os alunos foram me dar aula a respeito do pensamento de Descartes – o método, sobretudo. Fiquei entusiasmado com a aula de filosofia sobre um pensador dos mais respeitados, aula dada por alunos da Região Administrativa de Santa Maria.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Deputado Wasny de Roure, eu fico muito feliz com esse trabalho. Ontem, eu vi a Ministra Carmen Lúcia falar sobre a questão dos presídios. Ela falou o mesmo que Darcy Ribeiro já havia falado. Ele disse há vinte e poucos anos que, se os governadores não construíssem escolas, não haveria recursos suficientes para construir presídios. Essa é uma realidade que vivemos hoje.

Eu estava conversando com o pessoal do Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania sobre a importância do pessoal da assistência: os CRAS, os CREAS. Todos estão completamente desaparelhados a ponto de serem fechados, e nós não podemos mais bancar esse modelo de austeridade que vira as costas para o ser humano, para as pessoas, para os cidadãos. Nós estamos em um círculo vicioso, porque eu não tenho dinheiro e preciso arrecadar mais; eu não consigo aumentar a minha base de arrecadação, há um modelo completamente diferente.

Eu precisava trazer mais empresas ou segurar as empresas aqui, para que eu tenha uma base de imposto maior, para que eu tenha dinheiro para pagar, porque chegou no máximo. Não dá mais. Eu tenho de arrecadar mais para caberem meus custos. Não dá mais para diminuir custos porque estamos desmontando o Estado, e isso é uma coisa extremamente complicada, Líder.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 18

Que possamos discutir nesta Casa, de verdade, porque nós temos, hoje, uma solução apontada, que está sendo construída, dizendo-se que é o único caminho, e não é o único caminho. É um círculo vicioso que estão colocando para diminuir custos. Há, com isso, a necessidade falsa de que é o Estado que consome todo o recurso do processo. De verdade, é a má gestão dos gestores que estão aí e dos que têm passado pelos nossos governos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria confirmar minha inscrição nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – V.Exa. é o próximo nos Comunicados de Parlamentares.

Pergunto ao Deputado Chico Vigilante se S.Exa. vai fazer uso da palavra. S.Exa. está inscrito, é só para confirmar. (Pausa.)

Deputado Julio Cesar, V.Exa. fará uso da palavra? (Pausa.)

Deputada Luzia de Paula? (Pausa.)

Deputado Prof. Reginaldo Veras? (Pausa)

O Deputado Joe Valle fará uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, imprensa, nobres Pares. Uma saudação especial aos meus companheiros da Polícia Civil do Distrito Federal que ainda estão aqui.

Essa categoria é guerreira, Sr. Presidente. Falo guerreira na acepção mais forte da palavra mesmo, porque suportar o que essa categoria está passando não é para qualquer um, não é para qualquer categoria. Falo isso porque a Polícia Civil do Distrito Federal está sofrendo o pior dos piores. Quero apenas lembrar aqui, visto que vários Deputados se manifestaram em prol da categoria.

Primeiro, é extremamente importante o envolvimento desta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Delmasso. A solução virá por aqui com todos os instrumentos que foram colocados e que podem ser colocados à disposição da categoria. A solução parte de um conjunto e não de um em especial. Infelizmente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

não teremos o anjo, o santo ou aquele que vai resolver o nosso problema, vai ser em conjunto.

Nisso eu quero manifestar minha extrema admiração pela união da Polícia Civil do Distrito Federal em prol de uma causa, que é a causa da paridade. Vejam que eu estou falando de causa. É algo que tem todo um ideal em torno dele.

Não estamos falando de mera reivindicação salarial da Polícia Civil do Distrito Federal. Não. Estamos falando de algo que acompanha a história da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal: a paridade entre essas duas corporações.

Eu digo que a polícia amarga o pior dos piores porque – só para relembrar, Deputado, vários estavam nesta Casa e ajudaram –, no governo anterior, a mensagem do reajuste, da paridade, de recomposição da Polícia Civil chegou até o Gabinete da Presidente da República no Palácio do Planalto. Todos sabem disso.

Chegou lá pelo então Governador Agnelo, que levou essa mensagem, e não foi concedido reajuste porque se alegou a paridade. Não podia, naquele momento, ser concedida uma recomposição salarial para a Polícia Civil, visto que a Polícia Federal estava numa crise com o Governo Federal e, portanto, se fosse concedido o reajuste para a Polícia Civil, causaria um problema para a Polícia Federal, um problema do Governo Federal com a Polícia Federal.

Agora é concedida a recomposição salarial à Polícia Federal. Não se pode dar o reajuste à Polícia Civil, porque vai causar um problema entre o Governo do Distrito Federal e os outros servidores. Ora, isso é o mais completo dos absurdos. A Polícia Civil está sendo penalizada por conta dessa disputa.

É importante que esta Casa se envolva, envolva-se com muito vigor, com muito vigor mesmo, porque nós vamos precisar. Os sindicatos têm se esforçado de maneira extrema. Vários e vários atores políticos estão envolvidos nesta causa: no Governo federal, no Governo local, seja Oposição, seja Situação. Não se trata mais disso. Trata-se agora de a sociedade do Distrito Federal, representada pela sua classe política, resgatar uma das categorias que, ao longo de sua história, melhor desempenhou as suas funções, com todo o respeito às outras categorias. O serviço de excelência da Polícia Civil do Distrito Federal, mesmo num momento conturbado como este, ainda existe, ainda vai à frente.

Nós não estamos falando só da recomposição da paridade, não. Nós estamos falando de uma polícia que trabalha com o mesmo efetivo desde 1993, Deputado Julio, e, mesmo assim, cumpre o seu papel com efetividade. Nós estamos falando de uma polícia que está sucateada, que tem dificuldade com colete, com armamento, com viatura. Nós estamos falando de uma polícia que, na avaliação – o Deputado Wasny não está aqui, infelizmente teve que sair – dos números do Fundo Constitucional, nos últimos anos, tem uma constância de investimentos. Enquanto outras forças, outras corporações, estão numa curva ascendente, a Polícia Civil se mantém em uma curva constante.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Então, isso é muito ruim, porque, volto a dizer, a Polícia Civil do Distrito Federal é responsável pela estabilidade da segurança pública. Não há outro lugar onde se possa dar estabilidade à segurança pública, porque é ela que recolhe, que consegue fazer o inquérito, apontar os culpados. É isso que serve de base para a ação penal, para o poder punitivo do Estado, que vai punir, que vai deixar um traficante na cadeia, que vai deixar um estuproador na cadeia, um ladrão. Agora nós vemos explodir os índices de criminalidade porque não há como manter a estabilidade. Não adianta prender, dar flagrante, levar se a Polícia Civil não tiver condições de dar prosseguimento e de fazer suas ações.

O Deputado Wasny citou René Descartes, que tinha esta frase muito interessante: “Não há método fácil para resolver um problema difícil”. Então, hoje nós temos um problema difícil de resolver numa parada do governo local, numa postura do governo local. Eu sempre disse e vou dizer em todos os cantos, seja para o Governador, seja para a categoria, que não concordo com a postura adotada pelo governo local, não é assim que ele vai resolver. A Polícia Civil já pagou, já passou da sua cota de sacrifício.

Deputado, neste momento, vemos a galeria ser ocupada por policiais, policiais que estão deixando as suas funções. O policial civil gosta de ser policial, gosta da função que exerce, sabe que põe a sua vida em risco não por salário, mas pela vocação de ser policial. E é por isso que essa é a melhor polícia judiciária deste País, ainda é, é um patrimônio do Distrito Federal. Como disse aqui o Deputado Wellington, é uma polícia que vive do seu salário. Pergunte a qualquer membro da imprensa quando houve a última notícia de caso de corrupção na Polícia Civil, como acontece em diversos outros estados do País. Não tem, ninguém vai puxar pela memória para lembrar, porque são raros, porque é uma polícia que vive do seu salário e se dedica em função disso. A Polícia Civil não vai enveredar por outro caminho, do ponto de vista dos seus valores, por conta da questão salarial. Mas é muito triste vermos que quem está ali combatendo o crime, numa linha tênue entre o que é certo e o que é errado, sempre se mantendo ao lado do que é certo, não ter a valorização do Estado, do governo.

Então, está na hora de a sociedade entender que a Polícia Civil não está lutando somente por uma questão salarial, não; ela está lutando por respeito, pela sua vida, pela sua manutenção, para continuar prestando um serviço de excelência para cada um do Distrito Federal sem olhar a quem.

É uma Polícia Civil que atende, que vai combater o crime cometido contra um morador lá do Sol Nascente e vai combater o crime contra um morador do Lago Sul, do Lago Norte – falando-se de áreas mais simples e áreas mais nobres. É uma polícia que vai combater o crime independentemente de o agente ter colarinho branco ou de estar com o pé na chinela. Não faz diferença para a Polícia Civil. É isso que faz dela um orgulho para o brasileiro, mas ela também tem que ser um orgulho

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	

para o governo. O governo tem que se movimentar nesse sentido em todas as suas esferas.

Então, o sindicato está fazendo um esforço muito grande, conversando com os Deputados. Nós pedimos a todos os Deputados que olhem com carinho isso, porque, com todo respeito, quem tem um bom salário consegue contratar uma educação de qualidade se não está satisfeito com a educação pública. Eu discordo, eu acho que nós temos uma educação pública de boa qualidade. A saúde, essa sim, está de péssima qualidade. Quem tem um bom salário consegue, sim, contratar um plano de saúde. Agora, segurança pública, segurança, estabilidade na segurança, não se consegue. Essa, quem pode fazer são as forças policiais e, em especial, a Polícia Civil, que está numa fragilidade muito grande. Nós, Deputados, temos obrigação de dar essa resposta. Esperamos que todos os 24 Deputados distritais, independentemente de sigla, de partido, de posição, se é base, se é oposição, todos, sem exceção, abracem essa causa, porque é algo que interfere na vida, no dia a dia de cada cidadão e cidadã deste nosso Distrito Federal.

Podem contar com esta Casa. Eu tenho a certeza de que nós, seguindo a máxima de Descartes, vamos encontrar uma solução que não vai ser uma solução fácil para esse problema difícil. Mas eu tenho fé que juntos, nessa união, nós vamos chegar ao nosso objetivo, que é a paridade, a causa da paridade com a Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero apenas registrar, com muito pesar, que D. Maria Rezende, lá de Sobradinho, pessoa que teve uma longa história naquela cidade, foi habitar noutro lugar após caminhar aqui conosco ao longo de 95 anos.

Professora por formação, educadora, ela trouxe um grande legado para Brasília e, em especial, para a cidade de Sobradinho, porque fundou, em 1964, se não me engano, no dia 21 de maio, o Centro de Ensino Santa Rita, lá de Sobradinho, tradicional, que, há poucos anos, há dois anos, comemorou o jubileu.

Ela procurou, não apenas na sua escola, transmitir conhecimentos, mas, acima de tudo, Sr. Presidente, ela procurou formar cidadãos. Esses cidadãos foram formados tendo como alicerce principal a questão da família, que hoje é tão atacada. Ela resistiu a tudo e conseguiu escrever uma das mais belas páginas da área de educação aqui no Distrito Federal. Ela deixou 8 filhos, 21 netos, 25 bisnetos e um tataraneto. Mas esse não é, no nosso entendimento, o legado mais importante. O legado mais importante que ela deixou para cidade de Sobradinho, para o Distrito

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

Federal foi exatamente o fato de não apenas transmitir conhecimentos na sua formação de magistério, mas, principalmente, de formar cidadãos para o Distrito Federal, cidadãos de bem, pessoas decentes.

Sobradinho não poderia deixar passar em branco essa lembrança. Evidentemente, existe a dor da perda, mas a cidade de Sobradinho ficará com o sentimento de saudade de uma pessoa que ajudou a escrever uma das mais belas páginas da história educacional do Distrito Federal.

Dona Maria Rezende, conhecida como Vó Cotinha lá em Sobradinho, foi habitar noutro lugar, mas se imortaliza pela sua obra, que é seguida, inclusive, por seus filhos. E a característica de família é estampada no fato de que a escola hoje, Deputado Delmasso, é dirigida por três irmãs, a Marilda, a Márcia e a Maria Elisa. São pessoas que dirigem aquela escola com o mesmo espírito fiel à origem e ao sentimento que permeou todos os atos da Dona Maria Rezende.

Então, quero deixar registrado aqui nos Anais que perdemos uma grande pessoa, mas essa dor é substituída pela saudade de tudo o que ela deixou para a nossa cidade.

Eu gostaria também de abordar um outro tema muito debatido na nossa cidade, que é exatamente a questão das derrubadas.

Hoje, tivemos, no Colégio de Líderes, uma reunião em que os moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro chegaram até esta Casa para pedir socorro. Socorro, porque o governo insiste em agir sem sequer conversar.

O Presidente, Deputado Juarezão, juntamente com vários outros Deputados, está buscando restabelecer o diálogo com o Poder Executivo, para que a gente possa não mais ter que conviver com essas sandices que acontecem no Distrito Federal a todo momento.

Espero que segunda-feira, na audiência em que a Diretora da Agefis se fará presente, ela possa se sensibilizar com os apelos feitos pelos Deputados. O Deputado, quando fala, não fala por si apenas, mas por um número enorme de pessoas que trazem para esta Casa todas as demandas que não conseguem resolver no Poder Executivo.

E também no Colégio de Líderes tivemos a oportunidade de receber os representantes da Polícia Civil do Distrito Federal, que, assim como nós, estão muito preocupados com tudo o que está acontecendo no Distrito Federal. E tudo o que está acontecendo, Deputado Chico Vigilante, parece que se deve exclusivamente ao fato de que o Governador entende que esse problema não é dele, quando na verdade é. Ele é Governador do Distrito Federal e, como tal, tem que oferecer uma alternativa para a cidade, porque não dá mais para a cidade continuar tendo vítimas. O que a gente percebe hoje...

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 23

Na madrugada de sexta para sábado, se não me engano, tivemos quatro homicídios nesta cidade. Centenas de policiais militares estão lotados na Casa Civil, no gabinete do Governador... Quer dizer, não dá para entender uma coisa dessas quando o Presidente de um País vizinho, o Mujica, abdica de todos aqueles paramentos que o cargo poderia lhe oferecer. Mas aqui, não. Aqui parece que as pessoas fazem questão de ostentar uma autoridade que deveria decorrer dos atos e não apenas do cargo. Até porque a pessoa é importante não pelo cargo que ocupa, mas pelo trabalho que faz, e lamentavelmente o Governador Rodrigo Rollemberg não está conseguindo atender às expectativas da população desde 2015. Mas fica aqui o nosso apelo para que ele resolva essa questão da segurança.

Não dá para a gente ficar buscando a solução da segurança lá na área federal. Temos que buscar é aqui, porque a responsabilidade é nossa. Quando digo nossa, ela parte principalmente, Deputado Chico Vigilante, do Poder Executivo. É ele quem pode. Mas, para isso, é necessário que o governador entenda que ele tem de dialogar. O fato de você ter circunstancialmente se sentido ofendido, ou alguma coisa assim, não lhe dá o direito de desconhecer o dever de atender àquelas pessoas que representam a população.

Estou me referindo ao Deputado Laerte Bessa, que pode até, eventualmente, no discurso, ter exagerado em uma ou em outra situação. Não sei se exagerou, mas isso não dá ao Governador Rodrigo Rollemberg o direito de ignorá-lo como Deputado Federal e principalmente como representante da segurança pública do Distrito Federal. (Palmas.)

Então, quero registrar aqui todo o nosso esforço no sentido de alertar o Governador. Já que o Deputado Chico Vigilante está aqui na tribuna, quero relembrar uma expressão que é típica lá da nossa região, do Piauí e do Maranhão: não dá para ele ficar igual menino-buxão, não é? "Ah, não, estou zangadinho, não sei o quê." Nada disso! Isso é bobagem! O que ele tem é que oferecer a solução. A solução para que os policiais possam voltar a trabalhar com dignidade a ter o seu direito reconhecido, porque isso é direito. Ele deve entender que o problema não é falta de recurso.

Nós sabemos, inclusive, qual é a origem do fundo constitucional. O fundo constitucional é para custear prioritariamente a área de segurança pública. Todos nós sabemos disso. Agora não dá para ele continuar com esse discurso, há dois anos, de que não tem dinheiro. Está bem. Não tem dinheiro. Você é o governador e não dá conta de resolver sem dinheiro. Então, pede para ir embora, doutor! Vai ficar fazendo o quê? Vai ficar mais dois anos torrando a paciência da população? Não dá!

Fica aqui o nosso apelo no sentido de que o Governo entenda que a função de governador, Deputado Delmasso, está acima de sentimentos circunstanciais que o Governador Rodrigo Rollemberg por ventura experimente em relação a outras pessoas. Eu, por exemplo, também não tenho nenhum apreço, nenhuma vontade de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data 16   11   2016	Horário Início 16h05min		

encontrá-lo, mas sei que muitas vezes a minha função me impõe isso e aí me submeto, pelas 10.026 pessoas que me concederam essa função.

O Governador precisa realmente criar juízo, até porque não estamos mais falando aqui apenas de um problema, estamos falando das consequências de um problema. São as pessoas morrendo, porque a segurança pública no Distrito Federal não existe, porque não há gestão, não há um projeto de segurança pública para o Distrito Federal feita pelo atual Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Devolvo a Presidência ao Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são 18h e quero falar de dois assuntos que me entristecem bastante nesta cidade: da segurança pública e da saúde.

A saúde pública no Distrito Federal, Deputado Joe Valle, é um descalabro completo. Os hospitais estão abandonados! É uma verdadeira situação de calamidade pública. O mais grave é que a saúde pública do Distrito Federal está sob emergência há dois anos. As pessoas nem se lembram mais de que, quando o Governador assumiu, baixou um decreto de emergência na saúde do Distrito Federal.

Esta semana, fui procurado por um programa de televisão desta cidade, o *Balanço Geral*, apresentado pelo Marcão, e fomos ao Hospital de Base, já conheço bastante aquela realidade. E a forma como aquelas pessoas estão sendo tratadas não é como ser humano! É uma situação de guerra!

Em seguida, fui procurado por um grupo de mães de diabéticos tipo 1. Eu, por exemplo, sou diabético tipo 2. Pensei que entendia alguma coisa de diabetes, e a verdade é que, quando conversei com o pessoal de diabetes tipo 1, cheguei à conclusão de que não entendo nada. O tratamento é caro, gastam-se em média 2 mil reais por mês. Fui procurado pela Marília, pela Magna e pela Magda. Dois mil reais! E está faltando tudo! Não tem aquelas fitinhas reagente para medir, não tem medicamento, não tem absolutamente nada – e nem vontade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para resolver.

Eu sou Oposição, mas eu conversei com o Rollemberg e liguei para ele denunciando a situação do descalabro que está ocorrendo.

Em seguida, fui procurado por outro grupo, o do atendimento médico hospitalar que se dá na casa das pessoas, o serviço de *home care*, que está

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		25

atrasado. São três contratos: o pagamento de um está atrasado desde junho; outro atrasado desde agosto; e o outro desde setembro. E estão suspendendo o tratamento. É um tratamento que, internado em casa, fica barato, não oferece nenhum risco de infecção hospitalar, entretanto estão cessando o serviço. Devem cerca de 3,5 milhões de reais. O Governador me garantiu que estava mandando pagar 400 mil na segunda-feira – a verdade é que até agora continua sem o atendimento.

Portanto, é gravíssima a situação da saúde. Eu vou continuar acompanhando esses dois casos, mas, se você for a um hospital público hoje, Deputado Joe Valle, é uma lástima! É destruição completa da saúde pública do Distrito Federal.

O segundo ponto é a questão da segurança pública. A impressão que tenho – e estou dizendo isso aqui porque o digo para o Governador, Deputado Cláudio Abrantes – é a de que o Governador está se lixando para a segurança pública do Distrito Federal. Ele tem uma secretaria que pode até ser muito bem-intencionada filosoficamente, mas não se faz segurança pública com filosofia. Não se faz segurança pública filosofando. (Palmas.)

Existe a situação dos policiais civis. Desde que conheço Brasília, estou aqui desde 1977 – e não adianta alguém vir me dizer que não está na lei, porque a tradição neste País tem que valer mais do que a lei –, desde que existe polícia civil e polícia federal no Brasil, o salário é idêntico. Até porque a Polícia Civil do Distrito Federal é polícia da Capital da República.

Inventaram que os policiais civis e militares do Distrito Federal eram os mais bem pagos do Brasil, é mentira! Já estão atrás de uma série de estados, em muitos estados já estão ganhando mais. E não adianta vir me dizer: “Ah, São Paulo paga menos”, mas vejam como está a segurança pública. O problema não é só salário, os policiais não estão em greve só por causa do salário, é também pelas condições de trabalho. E quem está pagando o preço é a população. Estão acontecendo algumas coisas inimagináveis, como por exemplo, o cidadão que foi para uma festa no sábado e, ao sair da festa, uma quadrilha sequestra o cidadão e o leva para casa para sequestrar os parentes que estavam em sua casa, para assaltar o lar de quem estava em casa!

Eu quero lamentar a atitude de alguns comunicadores de televisão desta cidade, que vêm dizer que a culpa é dos trabalhadores. Não é. A culpa não é de vocês. Toda greve é o último grito. Eu já fiz muita greve na minha vida. Ninguém faz greve por fazer, até porque o momento da greve é aquele em que você mais sofre. Estão fazendo porque é o último grito a ser atendido. Portanto, o que cabe ao governo que tem o mínimo de responsabilidade? Dirigir-se ao Governo Federal e dizer que irá mandar a proposta para que se elabore o projeto e o encaminhe ao Congresso Nacional dando a equiparação salarial dos policiais. Ou o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal estão esperando outro “tirotaço”? Eu estava no meio

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
16   11   2016		16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

dele, e felizmente não sobrou uma bala para mim. Isso foi em 1990. Naquele dia, morreram três cachorros e um cavalo. Felizmente, nenhum policial morreu. Mas estão esperando outro?

A situação, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. que veio do seio policial sabe, é desesperadora, porque o Governador faz de conta que não é com ele. Eu digo que ele foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal, foi Senador da República e, portanto, tem a obrigação de conhecer o Distrito Federal, obrigação de saber das finanças, obrigação de saber sobre as finanças do Distrito Federal.

Não adianta os juízes ficarem mandando vocês voltarem a trabalhar. É engraçado, eu respeito o Judiciário, mas os juízes fazem greve, e ninguém os manda voltar. Os policiais fazem e são insubordinados. "Polícia não pode fazer greve." Está escrito onde que eles não podem fazer? Se enfrentamos a ditadura no tempo da repressão e fizemos greve, não será agora, que se diz um Estado Democrático, que não iremos fazer?

O Governo do Distrito Federal e o Governo Federal atentem para o que está acontecendo no Distrito Federal, porque não são vocês os responsáveis pela greve, são esses dois governos os responsáveis por essa paralisação, porque não querem resolver, porque ignoram vocês, e isso é inaceitável.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estamos aqui com um *quorum* bastante reduzido, mas eu não poderia deixar de colocar aqui o meu repúdio ao que está acontecendo no Brasil. As pessoas, às vezes, não olham para a história. Ontem, o Brasil comemorou, acho, o primeiro golpe de Estado militar que sofreu, e quase ninguém repara nisso. Instalar a República nas condições em que foi instalada foi um golpe. Isso, sim, foi um golpe.

Agora, voltando aqui à questão dos policiais, quero prestar a minha solidariedade aos policiais que estão aí reivindicando a equiparação salarial. Neste momento, o que eu posso dizer é que Deus os abençoe e que Ele consiga fazer com que as coisas possam melhorar para todo mundo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Muito obrigado ao nosso monarquista, Deputado Lira. Monarca de São Sebastião, rei Lira.

Eu queria, Deputado Chico Vigilante, se V.Exa. me permite, só fazer um acréscimo. Lá no Colégio de Líderes, nós propusemos e discutimos que esta Casa não pode se limitar apenas a ficar mandando recados, pedir audiências. Não. Temos de praticar atos mais concretos. Essa questão de segurança não tem nada a ver com o fato de ser Base, ser Oposição, ser independente. Nada disso! O que está sendo requerido desta Casa é que ela tome uma atitude com todos os instrumentos de que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
		<b>Data</b> 16   11   2016	<b>Horário Início</b> 16h05min	

dispõe. E foi proposto lá no Colégio de Líderes, salvo engano pela Deputada Celina Leão, que esta Casa decidisse não votar nenhum projeto enquanto não se oferecer uma solução rápida para a questão da segurança pública e das derrubadas que acontecem no Distrito Federal.

A proposta foi feita, discutida por alguns Líderes que lá estavam, mas eu creio que, na próxima terça-feira – nós temos aqui vários Líderes, como o Deputado Lira, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Cristiano Araújo –, nós poderíamos reforçar esse entendimento, não para pressionar o governo – como eu disse, não se trata aqui de ser Base ou ser Oposição –, mas porque a sociedade está implorando que nós possamos cumprir o nosso papel.

A Câmara Legislativa não pode ser apenas aquela que vai marcar audiência com o Governador. Quando esta Casa formar uma comissão, que essa comissão tenha caráter resolutivo e que use dos instrumentos que são regimentais e que permitem que a gente possa exercer a pressão legítima sobre o Poder Executivo quando ele falha com a sua obrigação, que é o caso específico que nós agora estamos vivendo no Distrito Federal.

Quero aqui conclamar os Deputados presentes a que, na próxima reunião do Colégio de Líderes, a gente reforce essa proposta. Quem sabe a gente possa dar uma contribuição para a solução desse problema? O primeiro passo é mostrar para o Governador que o problema de segurança, de saúde, de educação, de mobilidade urbana, enfim, os problemas do Distrito Federal são, sim, problemas dele. Ele não foi eleito apenas para habitar o Buriti ou Águas Claras. Ele foi eleito para resolver problemas. Se não tem condições, é muito digno chegar e dizer: "Olha, pessoal, eu não dou conta de fazer isso, não é a minha característica, me perdoem. Muito obrigado. Tchau". O que não pode é as pessoas estarem morrendo no meio da rua por falta de segurança e ele fazer cara de paisagem como se o problema não fosse dele.

Esta Presidência comunica que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.122, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 17 de novembro, será transformada em comissão geral para debater a formação continuada dos profissionais da educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Pergunto à Deputada Luzia de Paula, ao Deputado Lira, ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Chico Vigilante se pretendem fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h13min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA SUCINTA DA 102ª  
(CENTÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2016**

**SÚMULA**

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Chico Vigilante

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**INÍCIO:** 15 horas e 20 minutos

**TÉRMINO:** 15 horas e 20 minutos

**PRESEÇA** – Compareceram os seguintes deputados:

- |                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PR         | • Deputado Lira – PHS                  |
| • Deputado Bispo Renato Andrade – PR | • Deputada Luzia de Paula – PSB        |
| • Deputada Celina Leão – PPS         | • Deputado Prof. Israel – PV           |
| • Deputado Chico Leite – Rede        | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Vigilante – PT      | • Deputado Rafael Prudente – PMDB      |
| • Deputado Cláudio Abrantes – Rede   | • Deputado Raimundo Ribeiro – PPS      |
| • Deputado Cristiano Araújo – PSD    | • Deputado Ricardo Vale – PT           |
| • Deputado Delmasso – PTN            | • Deputado Robério Negreiros – PSDB    |
| • Deputado Joe Valle – PDT           | • Deputada Sandra Faraj – SD           |
| • Deputado Juarezão – PSB            | • Deputado Wasny de Roure – PT         |
| • Deputado Julio Cesar – PRB         | • Deputado Wellington Luiz – PMDB      |
| • Deputada Liliane Roriz – PTB       |  |

**Obs.:** A Deputada Telma Rufino – sem partido encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 104/2016.

L I D O  
Em. 29.11.16  
  
Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2016

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: (L/A/P)



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**



2

### **1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

### **2 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

---

**ATA SUCINTA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2016**

Revisora: \_\_\_\_\_ Supervisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: \_\_\_\_\_ (L/A/P)

---

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
17   11   2016	15h15min	102ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 102ª  
(CENTÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Informo aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que, conforme o Memorando nº 66, de 2016, do Gabinete do Deputado Ricardo Vale, a comissão geral aprovada para hoje, para debater o Projeto de Lei nº 696, de 2015, foi cancelada a pedido do autor.

Portanto, damos início normalmente à sessão ordinária de hoje.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária, quinta-feira, 17 de novembro de 2016, às 15h20min.

Tendo em vista a visível falta de *quorum* e com a experiência também de que não vamos alcançar *quorum*, declaro encerrada a presente sessão ordinária. Antes, porém, convoco sessão ordinária para terça-feira, 22 de novembro, às 15h, neste plenário.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se às 15h20min.)



**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



**Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica**

**Coordenador:** Randal Martins Junqueira

**Diagramação e Arte Final:** Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)